

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**FEMINISMO(S), RECONHECIMENTO E MÍDIAS DIGITAIS: Análise da  
página do Facebook *Não Me Kahlo***

**Isadora da Silva Binot**

**Porto Alegre  
2020**

ISADORA DA SILVA BINOT

**FEMINISMO(S), RECONHECIMENTO E MÍDIAS DIGITAIS: Análise da  
página do Facebook *Não Me Kahlo***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para obtenção do título de mestra em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Enio Passiani.

Porto Alegre  
2020

### CIP - Catalogação na Publicação

Binot, Isadora da Silva  
FEMINISMO(S), RECONHECIMENTO E MÍDIAS DIGITAIS:  
Análise da página do Facebook Não Me Kahlo. / Isadora  
da Silva Binot. -- 2020.  
102 f.  
Orientador: Enio Passiani.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,  
Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Redes sociais. 2. Feminismo. 3. Reconhecimento.  
4. Mídia. 5. Não me Kahlo. I. Passiani, Enio,  
orient. II. Título.

ISADORA DA SILVA BINOT

**FEMINISMO(S), RECONHECIMENTO E MÍDIAS DIGITAIS: Análise da  
página do Facebook *Não Me Kahlo***

Resultado: **Aprovada.**

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Alexandre Almeida de Magalhães (UFRGS)

---

Profa. Dra. Camila Penna de Castro (UFRGS)

---

Profa. Dra. Danila Gentil Rodriguez Cal Lage (UFPA)

*Assim, embora o sujeito seja ele próprio produto de processos significantes prévios, ele é capaz de ressignificação.*

*(Nancy Fraser)*

## RESUMO

Realizamos um estudo de caso da página do Facebook *Não Me Kahlo*, que conta, atualmente, com mais de um milhão de seguidores. *Não Me Kahlo* refere-se a um coletivo formado por quatro mulheres que têm como objetivo utilizar as redes sociais para estimular o debate sobre questões de gênero. A pesquisa aqui proposta parte da premissa geral de se repensar os problemas enfrentados pelas mulheres. Faz-se necessário, portanto, mostrar a ação coletiva imbuída na publicização. A publicização gera reconhecimento? Se a publicização do sofrimento não for espreitada, como vai haver reconhecimento? A pesquisa traz uma perspectiva multidisciplinar ao trabalhar com conceitos como o de reconhecimento e de midiaticização, além do atravessamento sobre o tema do feminismo e suas representações. Observou-se que as publicações trazem temas diversos dentro de um espectro político do qual a página abertamente se posiciona. Sendo assim, antes de chegar ao tema do feminismo é preciso percorrer os outros caminhos apresentados pela página e que nos levam a pensar o tema do reconhecimento também como “*Reconhecimento enquanto posicionamento político e visão de mundo compartilhada*”. No que diz respeito ao tema pertinente da página, e que de fato mais se repete na amostragem, identificamos o “*Reconhecimento pela luta feminista*”. Nas duas categorias há concordância e discordância dos usuários em relação aos posicionamentos da página.

**Palavras chave:** Redes sociais; feminismo; reconhecimento; midiaticização; Não me Kahlo.

## ABSTRACT

We carried out a case study of the Facebook page *Não Me Kahlo*, which currently has, over a million followers. *Não Me Kahlo*, refers to a collective formed by four women which aims to use social networks to stimulate debate on gender issues. The research is based on the overall premise of rethinking the problems faced by women. Therefore, it is necessary, to show the collective action imbued in publicity. Does publicity generate recognition? If the publicization of suffering is not spread, how will there be recognition? The research brings a multidisciplinary perspective when it comes to working with concepts such as recognition and mediatization, in addition to crossing over the theme of feminism and its representations. It was observed that the publications bring different themes within a political spectrum in which the page is openly positioned. Consequently, before reaching to the theme of feminism, it is necessary to go through the other paths presented by the page that lead us to think of the theme of recognition as "*Recognition as a political position and shared worldview*". Regarding the relevant theme of the page and which, in fact, is more repeated in the sample, we identified the "*Recognition for the feminist struggle*". Both categories users' agreements and disagreements regarding their comments on the page.

**Keywords:** Social networks; feminism; recognition; mediatization; Não me Kahlo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Perfil da página <i>Não Me Kahlo</i> .....	43
FIGURA 2 - Esquema teórico analítico.....	46
FIGURA 3 - Violência.....	52
FIGURA 4 - Política no Brasil.....	54
FIGURA 5 - Política no Brasil.....	55
FIGURA 6 - Política no Brasil.....	56
FIGURA 7 - Marielle.....	58
FIGURA 8 - Marielle.....	60
FIGURA 9 - Informação/Educação.....	62
FIGURA 10 - Informação/Educação.....	63
FIGURA 11 - Entretenimento.....	64
FIGURA 12 - Violência contra a mulher.....	67
FIGURA 13 - Violência contra a mulher.....	68
FIGURA 14 - Feminismo informação.....	70
FIGURA 15 - Feminismo deboche.....	76
FIGURA 16 - Feminismo deboche.....	81
FIGURA 17 - Feminismo deboche.....	82
FIGURA 18 - Feminismo deboche.....	85
FIGURA 19 - Perfil <i>Não Me Kahlo</i> no Instagram.....	89
FIGURA 20 - Publicações <i>Não Me Kahlo</i> no Instagram.....	90
FIGURA 21 - Publicações <i>Não Me Kahlo</i> no Instagram.....	90
FIGURA 22 - Publicações <i>Não Me Kahlo</i> no Instagram.....	91
FIGURA 23 - Perfil <i>Não Me Kahlo</i> no Twitter.....	92
FIGURA 24 - Publicação <i>Não Me Kahlo</i> no Twitter.....	93

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Domicílios com acesso à internet, por presença de wifi.....	19
TABELA 2 - Postagens com maior engajamento no período analisado.....	47
TABELA 3 - Postagens com mais comentários no período analisado.....	48
TABELA 4 - Domínios <i>Não Me Kahlo</i> .....	88

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2. MUDIATIZAÇÃO, RECONHECIMENTO E FEMINISMO(S)</b> .....	13
2.1. Mudiatização .....	13
2.1.1. Perspectivas distópicas.....	20
2.1.2. Breves apontamentos sobre o Facebook.....	22
2.3. Reconhecimento.....	24
2.3.1. A dimensão da Estima Social.....	27
2.3.2. O debate entre Honneth e Fraser.....	29
2.3.3. Reconhecimento e mídia.....	34
2.4. Feminismo(s).....	36
<b>3. ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DA PÁGINA NÃO ME KAHLO</b> .....	42
3.1. Metodologia e dimensões de análise.....	42
3.2. Reconhecimento enquanto posicionamento político e visão de mundo compartilhada.....	49
3.2.1. Violência.....	50
3.2.2. Política no Brasil.....	53
3.2.3. Marielle.....	58
3.2.4. Informação/Educação.....	61
3.2.5. Entretenimento.....	64
3.2.6. Divulgação.....	64
3.3. Reconhecimento pela luta feminista.....	65
3.3.1. Violência contra a mulher.....	65
3.3.2. Feminismo informação.....	69
3.3.3. Feminismo deboche.....	75
3.4. Feminismo nas redes.....	88
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	94
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	98

## 1. INTRODUÇÃO

Buscando aprofundar o debate e, quem sabe, promover novos pontos de investigação, pretende-se estudar por meio da rede social social Facebook, mais especificamente, na página pública de conteúdo feminista intitulada *Não Me Kahlo*, como ocorre a produção e recepção de conteúdo feminista nesses espaços. Por meio desta perspectiva, as redes sociais viabilizam o reconhecimento entre os atores da rede a partir da própria visibilidade que geram entre si. Neste sentido, a falta de reconhecimento, seja por meio da violação, privação ou exclusão, pode deflagrar lutas sociais; assim, a experiência do desrespeito pode representar a base motivacional na qual está ancorada a luta por reconhecimento (HONNETH, 2003).

As mulheres, nesses contextos, tornam-se agentes de muitas denúncias ao encontrar não só espaço de discussão por meio dessas páginas, mas de ter a oportunidade de compartilhar e problematizar o conteúdo reproduzido pelas mesmas. Considerando que as mídias sociais representam novas ferramentas de atuação, identifica-se que saber se comunicar online ganhou status de ferramenta principal para articular ações coletivas (GOHN, 2014).

Nesta pesquisa, o ator coletivo é formado por mulheres jovens e estudantes que, ao trazerem questões muitas vezes entendidas e aceitas como “privadas”, mesmo que não voltadas a uma mobilização específica ou fora do ambiente virtual, permitem que a manifestação de discursos promova um melhor entendimento de demandas deste grupo, sejam elas coletivas, individuais ou institucionais: “Quando há um potencial crítico disponível, grupos subordinados frequentemente reúnem fragmentos de discursos hegemônicos e produzem contra-narrativas que são elaborados em seus próprios termos e nos espaços que lhe são próprios” (GOMES; MAIA, 2008, p. 210).

A pesquisa aqui proposta parte da premissa geral de se repensar os problemas enfrentados pelas mulheres. Faz-se necessário, portanto, mostrar a ação coletiva imbuída na publicização. A publicização gera reconhecimento? Se a publicização do sofrimento não for espraiada, como vai haver reconhecimento? Em que medida o crescimento desses debates pode promover a consciência crítica das pessoas na medida em que pretendem ampliar noções de respeito e viabilizar uma luta para além do espaço midiático visando garantia de direitos? Sabemos que reconhecimento depende de processos sociais mais abrangentes. Mas a rede, devido ao seu formato, tornou-se um espaço de publicização de denúncias por conta da visibilidade e circulação de pautas comuns que podem gerar reconhecimento, em algum grau. Essa disseminação, depende, ainda, da abrangência da difusão e da sociedade:

Em verdade, a teoria da mediatização apresenta um quadro sociológico que permite

considerar como os meios de comunicação, em determinado período histórico da alta modernidade, transformam-se em instituições semi-independentes na sociedade, ao mesmo tempo que se integraram a uma variedade de instituições sociais e culturais, e também como, por meio desse processo de diferenciação, integração e interação com outras instituições sociais e culturais, vieram e vêm a influenciar a sociedade. Pelo fato da mediação estar vinculada a um período particular da história, e condicionada pela interação com outros fenômenos sociais e culturais, não há nada de “natural” ou inevitável nesse processo (HJARVARD, 2014, p. 243).

A suposição de que mulheres já têm garantias de direitos nos espaços institucionais da sociedade civil é comum entre aqueles que discordam da importância de temas como feminismo, por exemplo. Nesse sentido, a falta de reconhecimento, como processo que identifica abusos, desigualdades e injustiças cometidos institucionalmente, dificulta a autonomia das mulheres e provoca a sua própria invisibilidade em muitos espaços sociais. Neste sentido, as páginas de cunho feminista tornaram-se principal meio de divulgação/produção de postagens de conteúdos no Facebook.

As discussões na esfera informal mobilizam questões importantes, visto que somente a ação de partidos políticos e eleições periódicas não são suficientes para assegurar o processo democrático (GOMES; MAIA, 2008). Neste sentido, as redes sociais atuam de modo que situações de desrespeito são publicizadas. A experiência da injustiça é relacionada à formação identitária (HONNETH, 2003), que é dependente das relações de reconhecimento mútuo:

É o caráter público que os direitos possuem, porque autorizam seu portador a uma ação perceptível aos parceiros de interação, o que lhes confere a força de possibilitar a constituição do autorrespeito; pois, com a atividade facultativa de reclamar direitos, é dado ao indivíduo um meio de expressão simbólica, cuja efetividade social pode demonstrar-lhe reiteradamente que ele encontra reconhecimento universal como pessoa imputável (HONNETH, 2003, p. 197).

A articulação da sociologia com temas referentes à comunicação nos permite fazer recortes para o desenvolvimento de uma análise integradora tendo em vista a presença dessas áreas atreladas às nossas práticas e vivências, seja nas formas de socializar, trabalhar, estudar e até mesmo quando estamos sozinhos. Sendo assim, torna-se inevitável dizer que vivemos a “era da informação” ao mesmo tempo em que a sociologia, ao menos no Brasil, apresenta-se em alguns espaços relutante em tratar desse tema. Lupton (2015) argumenta que todos os tópicos que os sociólogos pesquisam estão inevitavelmente conectados às tecnologias digitais, pois estão imbricados às preocupações centrais de suas pesquisas (relações de poder, desigualdade, instituições sociais, teoria social etc). A autora sugere o estudo de alguns campos distintos na sociologia digital, entre eles estão as análises sociológicas de uso de mídias digitais (pesquisar o impacto das mídias e redes sociais sobre o comportamento dos atores sociais) e a análise de uma sociologia digital crítica (realizar análise das mídias digitais com base nas

teorias sociais). Esses campos aqui destacados serão os condutores da pesquisa ora em tela. Para isso, bem como se sugere, foi necessário articular autores de áreas diferentes do conhecimento.

Ao trazermos uma perspectiva multidisciplinar trabalhamos com conceitos como o de reconhecimento e de mediação, além do atravessamento sobre o tema do feminismo e suas representações. O segundo capítulo aprofunda os conceitos apresentados, de forma que foram subdivididos para responder às proposições teóricas das problemáticas aqui identificadas.

O terceiro capítulo faz parte do estudo de caso da página *Não Me Kahlo*, explica o percurso metodológico para a coleta de dados bem como a justificativa pela escolha da página. Sendo assim, antes de chegar ao tema do feminismo foi preciso percorrer os outros caminhos apresentados pela página e que nos levam a pensar o tema do reconhecimento também como “*Reconhecimento enquanto posicionamento político e visão de mundo compartilhada*”. Nesta categoria temas mais amplos e diversos são apresentados nas publicações. No que diz respeito ao tema pertinente da página, e que de fato mais se repete na amostragem, identificamos o “*Reconhecimento pela luta feminista*”. Nas duas categorias há concordância e discordância dos usuários em relação aos posicionamentos da página. Na última parte deste capítulo também apresentamos a distribuição do coletivo em outras redes sociais

Por último, apresentamos nas considerações os questionamentos mais pertinentes que o trabalho de revisão bibliográfica, coleta e análise de dados apresentaram, assim como das novas indagações que a pesquisa trouxe.

## 2. MUDIATIZACÃO, RECONHECIMENTO E FEMINISMO(S)

Este capítulo busca apresentar diferentes perspectivas teóricas nas quais a pesquisa se desenvolve. Traremos a contextualização a respeito do tema das mídias digitais, bem como a conceitualização do termo midiatização. Os estudos referentes ao tema apresentam desde propostas mais otimistas para a análise do assunto, como inspirações mais céticas. Autores como Castells aparecem como caso exemplar, dada a reavaliação que faz de sua própria perspectiva. Em uma segunda parte, discorreremos a respeito do tema do reconhecimento honnethiano, e os desdobramentos da teoria do autor, assim como as críticas realizadas a alguns aspectos da teoria, sobretudo trazidos por Nancy Fraser. Por último, discutiremos o tema do feminismo, os aspectos dessa luta bem como alguns de seus desenvolvimentos teóricos e a relação do tema com o digital.

### 2.1 Midiatização

Touraine (2007) apresenta a ideia de que a representação da vida coletiva e pessoal está mudando de paradigma. O autor busca mostrar a passagem de um paradigma marcado pela linguagem social para um paradigma de ordem cultural. Grupos como o de trabalhadores, colonizados, mulheres, ou seja, minorias de diversos tipos, criaram para si uma subjetividade própria, tomando, assim, consciência de sua situação. A tomada de consciência das mulheres, por exemplo, foi consolidada essencialmente pela reivindicação de dispor livremente sobre seus corpos. Tais características expressam, portanto, um componente fundamental da modernidade: o direito à subjetividade, já que esses indivíduos consideram-se seres de direito que rejeitam a injustiça (TOURAINÉ, 2007).

Ao discorrer sobre os direitos culturais, Touraine também traz à tona o conceito de reconhecimento. Identifica, portanto, que categorias dominadas transformam-se em movimentos sociais. A hipótese do autor é a de que houve a passagem de uma sociedade que se percebia e agia em termos socioeconômicos para um tipo de sociedade “pós-social” (termo também trabalhado por Fraser), já que as categorias que organizam nossa representação e ação já não são propriamente sociais, mas culturais. O autor acredita, ainda, que é na ordem da sexualidade que isso se desenvolve (TOURAINÉ, 2007). É, portanto, na reivindicação de uma sexualidade independente das funções de reprodução e de maternidade que as mulheres se constituem verdadeiramente em movimento social e avançam o mais longe possível (mais longe, inclusive, que pela luta pela igualdade e discriminação):

Concordamos com antigas análises de Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime

ou de construção do novo que liberte. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazeres propositivos” (GOHN, 2011, p. 336).

Em sentido semelhante, Castells (2013) desenvolve estudos identificando que os movimentos na internet são locais e globais, pois expressam a interligação de questões e problemas da humanidade em geral exibindo a representação de uma cultura cosmopolita, embora ancorada em uma identidade específica. O autor refere-se à existência de uma cultura da autonomia que consiste em identificar a capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade. Os movimentos sociais, embora surjam do sofrimento das pessoas, são distintos dos movimentos de protesto, pois são essencialmente movimentos culturais. Nesse sentido, Castells também aponta para a possibilidade de transformação da sociedade por meio da prática de compartilhamento difundida nas redes sociais. O autor sugere, portanto, que os movimentos em rede impulsionam uma nova forma de democracia (CASTELLS, 2003):

Repetidas vezes, os movimentos sociais em rede de todo mundo têm exigido uma nova forma de democracia, não necessariamente identificando seus procedimentos, mas explorando seus princípios em sua própria prática. Os movimentos, assim como a opinião pública em geral, coincidem em denunciar o escárnio a que são submetidos os ideais democráticos na maior parte do mundo. Como não se trata apenas da subjetividade dos atores políticos, frequentemente sinceros e honestos segundo sua mentalidade, deve haver algo de errado com o “sistema”, essa obscura entidade que ninguém teve a oportunidade de conhecer pessoalmente, mas cujos efeitos são onipresentes na vida de todos (CASTELLS, 2013, p. 180).

Thompson (2013) entende que a comunicação mediada deve ser entendida enquanto um fenômeno social contextualizado. O exercício do poder, por exemplo, permanece escondido da contestação pública. No entanto, com o advento da publicidade mediada, a relação poder e visibilidade ganha novos aspectos. Com o desenvolvimento da mídia, a publicidade torna-se também mediada: “A mídia pode politizar o cotidiano, tornando-o visível e observável em maneiras que antes não eram possíveis e, portanto, tornando eventos cotidianos um catalisador para ações que vão muito além dos locais imediatos onde ocorrem” (THOMPSON, 2013, p. 311). Lembra, ainda, que também podem desencadear eventos que ocorrem de maneira imprevisível e incontrolável, promovendo o aparecimento de profundas divisões. Podemos citar o exemplo da “crise das democracias”, identificado por Castells (2018), que nos oferece um esboço desses aspectos menos integradores a respeito das mídias digitais. A eleição de Brexit no Reino Unido, Trump nos EUA, e, recentemente, Bolsonaro no Brasil, demonstram como a democracia se constrói em torno das relações de poder que a fundaram de modo que também se adapta à evolução dessas relações, mas privilegiando o poder que já está cristalizado nas instituições (THOMPSON, 2013).

As relações de poder ao redor do mundo são afetadas pelo novo contexto da comunicação digital, as campanhas políticas continuaram a ser condicionadas pelas políticas midiáticas, centradas na mídia de massa. A comunicação é, portanto, híbrida, e vários modos são utilizados (CASTELLS, 2016). Castells (2016) refere-se ao conceito de autonomia da mídia para explicar como a mídia oficial usa redes interativas para divulgação de conteúdo e como as fronteiras entre comunicação de massa e outras formas de comunicação estão ficando difusas:

Pela história da tecnologia sabemos que as pessoas adotam, usam e modificam novas tecnologias de maneira a adequá-las propriamente a seus desejos e necessidades, dependendo de sua cultura, organização social, ambiente institucional e sistema de personalidade. Entretanto, há ainda um efeito específico da tecnologia. As tecnologias adequadas devem estar disponíveis na hora e no lugar exatos em que sua necessidade é diretamente sentida pelas pessoas e suas organizações. Dessa forma, há interação sinérgica entre descoberta tecnológica e evolução social (CASTELLS, 2016, p. 36).

Castells (2012) argumenta que as redes favorecem a cooperação e a solidariedade ao mesmo tempo que reduzem a necessidade de liderança formal, embora reformule, mais tarde, tal concepção integradora. O autor (1999) indica que por sua própria diversificação e da diversidade de interesses e valores dos atores sociais é que a rede pode representar a expressão de conflitos sociais de modo a permitir discussões mais desinibidas.

Característica da midiatização, a publicação feita por diversas mídias, inclusive as convencionais, que também se utilizam das redes sociais, pode levar à ideia de que a ampla visibilidade de certos conteúdos produz apenas efeitos positivos, como o reconhecimento, e uma noção equivocada de democracia no espaço midiático: “(...) Por midiatização da cultura e da sociedade entendemos o processo pelo qual os meios de comunicação nesses espaços se tornam cada vez mais dependentes da mídia e de sua lógica” (HJARVARD, 2014, p. 36). A midiatização preocupa-se com os padrões em transformação de interações sociais e as relações entre os vários atores sociais, incluindo os indivíduos e as organizações. O autor afirma que é um processo recíproco entre a mídia e outros domínios ou campos sociais.

Conforme indica Hepp (2014), o termo midiatização sugere a especificidade do processo de mudança na comunicação de mídia. O autor ainda enfatiza a relação da comunicação midiática com a transformação sociocultural. Assim, cabe ressaltar a importância do tipo de mídia usada para cada tipo de comunicação. Hepp também ressalta como diferentes mídias moldam a comunicação de formas diversas e verifica a importância dos atores envolvidos. Em uma narrativa semelhante, Hjarvard (2014) aborda a midiatização intensificada da cultura e da sociedade que abrange instituições sociais e culturais, como família, trabalho e política. Esta midiatização preocupa-se com os padrões em transformação de interações sociais

e as relações entre os vários atores sociais, incluindo os indivíduos e as organizações. O autor afirma que é um processo recíproco entre a mídia e outros domínios ou campos sociais. Mídiação, pois, é o termo empregado para designar, de maneira geral, o constante crescimento da influência dos meios de comunicação na sociedade contemporânea, em outros casos, a intenção também foi desenvolver uma teoria adequada das relações da mídia com a política (HJARVARD, 2014).

O autor também reconhece a possibilidade de os meios de comunicação serem um espaço no qual o indivíduo pode atuar, comunicar-se, produzir-se e, por conseguinte, obter reconhecimento (HJARVARD, 2014, p. 235). Desse modo, a mídiação surge também como uma forma de expandir as oportunidades de interação em espaços virtuais tendo em vista que os processos comunicacionais são fundamentais para que o sujeito seja reconhecido. A necessidade de ser reconhecido pelo outro é fundamental para que o indivíduo desenvolva seu potencial de autorrealização na sociedade. As mídias são coprodutoras de nossas representações mentais, de nossas ações e relacionamentos com outras pessoas em uma variedade de contextos. Devido ao próprio processo de mídiação, uma teoria da influência da mídia em mudanças estruturais na cultura e na sociedade não pode estar restrita somente às esferas públicas e políticas (HJARVARD, 2014, p. 23-24).

A mídiação também se refere aos modos de interação que são alterados em função do crescimento dos meios de comunicação. Assim, devemos ter o cuidado de não confundir mídiação com mediação, que é a comunicação realizada a partir de um meio. Mídiação refere-se a um processo de mais longo prazo e mesmo abrangente, em que instituições sociais, culturas e os modos de interação são alterados em consequência do crescimento da influência dos meios de produção (HJARVARD, 2014):

Os meios de comunicação permitem aos atores otimizar a interação social em benefício próprio de duas maneiras principais: eles aliviam o peso das relações sociais do ator e permitem maior controle sobre a troca de informações. Aliviam esse peso possibilitando tomar parte em atividades sociais ou obter informações com menos investimento pessoal. (HJARVARD, 2014, p. 57).

Hjarvard (2014) entende que um importante fator do processo de mídiação é a visibilidade que os meios de comunicação conferem aos atores políticos, identificando, assim, a personalização da política e a conversacionalização da comunicação política, assim como o modo em que políticos representam sua *persona* pública. Nesse sentido, o autor refere-se à mídiação da política como o processo pela qual a instituição política gradualmente se torna dependente das instâncias midiáticas e de sua lógica. O autor compreende as intuições políticas pelas organizações e práticas políticas formais, como, por exemplo, os partidos e campanhas

eleitorais. E práticas informais como conversas cotidianas e os embates diários dos políticos com os jornalistas, por exemplo. A midiaticização, então, se caracteriza por um fenômeno bilateral (HJARVARD, 2014, p. 76):

Ao mesmo tempo que os meios de comunicação passam a estar *integrados* às práticas cotidianas das organizações políticas, desempenham funções de comunicação interna e externa para os atores políticos. Ao utilizar coletivas de imprensa, *sites*, blogues, etc., os meios de comunicação passam a atender a fins políticos, ao mesmo tempo que as organizações e atores políticos devem, no processo de “internalização” desses veículos, acomodar-se à lógica da mídia (HJARVARD, 2014, p. 76-77).

Braga (2012) nos lembra que já não se pode considerar a mídia como algo estranho na sociedade, com a midiaticização, o que ocorre é a aceleração e diversificação de modos pelos quais a sociedade interage consigo mesma. No entanto, o termo midiaticização não deve ser restringido a um aspecto tecnológico, já que processos comunicacionais não surgem simplesmente da invenção tecnológica.

Gohn (2014) nos apresenta algumas trajetórias e processos dos movimentos sociais apontando para a constante presença de jovens na construção da identidade desses movimentos. Autores como Castells e Gohn desdobram suas narrativas fazendo seguidas referências às manifestações que, além de terem ganhado repercussão nas redes sociais, ganharam também as ruas. Ao nos depararmos com discussões próprias da rede e que nem sempre tornam-se movimentos sociais físicos ou pontuais, nos deparamos com novas formas de representação: “Quando há um potencial crítico disponível, grupos subordinados frequentemente reúnem fragmentos de discursos hegemônicos e produzem contra-narrativas que são elaborados em seus próprios termos e nos espaços que lhe são próprios” (GOMES; MAIA, 2008, p. 210).

Maia (2008) indica que a produção midiática, por ser enviada a um público difuso, gera uma produção diversificada, assim, o conhecimento comum no espaço midiático de visibilidade proporciona a criação de um ambiente informativo que pode passar a alimentar diferentes discussões. A autora ainda argumenta que a comunicação nesses espaços convoca as pessoas a se posicionar diante das matérias publicizadas, ainda que isso nem sempre aconteça, já que nem todos os usuários da rede participam ativamente de discussões de cunho político, social ou cultural. Ainda, a autora nos indica que o jogo político continua a ser restrito àqueles que já dispõem de recursos para se fazer ouvir na esfera pública ou interferir nas instâncias formais de discussão política: “A falta de recursos culturais e de oportunidades torna mais difícil, para aqueles que sofrem desvantagens, apresentarem publicamente suas razões de maneira convincente” (GOMES; MAIA, 2008, p. 183). Gomes (2008) nos lembra que nenhuma sociedade distribuiu de maneira igualitária as oportunidades de acesso digital.

Inclusive, em sociedades mais desiguais, a falta de oportunidades digitais se institui como uma nova forma de injustiça social.

Maia (2008) sugere um aprofundamento no debate sobre as manifestações em rede no sentido de observar essas discussões por meio da perspectiva de poderem desempenhar um papel de “ensaio” e de “socialização”. Isso porque “o engajamento dos indivíduos em conversações políticas é importante para o processamento da informação, no sentido de ampliar o entendimento que os participantes têm sobre determinado assunto” (GOMES; MAIA, 2008, p. 205). A autora identifica a possibilidade de contribuição das pessoas para que confirmem ou reformulem suas opiniões podendo também fomentar a participação e as mobilizações públicas. Na sociedade dos *media* as discussões públicas na rede proporcionam comunicação massiva permitindo o trânsito de questões políticas e pessoais (GOMES; MAIA, 2008). Essa característica está muito presente nos discursos das redes sociais na medida em que muitos participantes trazem suas experiências pessoais para observações de cunho político, social e cultural.

Ainda que muitos dos conteúdos sejam produzidos pelas próprias usuárias das redes sociais, é preciso ter atenção às publicações das mídias massivas (que também fazem uso de plataformas digitais), já que muitas vezes sustentam e divulgam conteúdos antidemocráticos (GOMES; MAIA, 2008) por terem a atividade comercial como principal função. Conforme identificou Recuero: “(...) a grande diferença entre sites de redes sociais e outras formas de comunicação mediada pelo computador é o modo como permitem a visibilidade e a articulação das redes sociais (...)” (RECUERO, 2014, p. 102). Essa visibilidade a qual a autora se refere torna-se importante para proporcionar contestação, ainda que virtual, e viabilizar muitas formas de fazer denúncia de temas abafados ou tratados como problemas particulares quando, na verdade, expressam a constituição de um problema também social.

Faz-se necessário salientar que a internet no Brasil surgiu a partir de 1997, sendo privilégio de classes mais altas, sobretudo na região centro-sul - e a desigualdade digital ainda é alta. Embora tenha mudado e diminuído a diferença dessa distribuição, a mesma região centro-sul continua sendo majoritária no que se refere ao acesso à internet com wifi<sup>1</sup>. Partindo desses dados, percebemos que uma série de diferenças são postas a partir de um estudo de análise de redes sociais e que o ambiente virtual está longe de ser democrático.

---

<sup>1</sup> Disponível em <<https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/A12/>>. Acesso em 10 jul. 2020.

**TABELA 1 - Domicílios com acesso à internet, por presença de wifi**

Percentual (%)		Sim	Não	Não sabe	Não respondeu
TOTAL		78	20	1	0
ÁREA	Urbana	79	19	1	0
	Rural	66	33	1	0
REGIÃO	Sudeste	82	17	1	0
	Nordeste	78	21	1	0
	Sul	81	17	2	0
	Norte	51	45	4	0
	Centro-Oeste	77	23	1	0

Fonte: TIC - Domicílios 2019.

Maia (2014) também entende que grupos desfavorecidos enfrentam muitos obstáculos para acessar a grande mídia e expressar seus próprios valores, interesses e preocupações. De fato, muitos grupos minoritários não têm os meios - recursos, oportunidades e mobilização - para resistir à exploração, humilhação e desrespeito na sociedade. No entanto, é importante investigar se fluxos pluralistas e transculturais permeiam os meios de comunicação de massa ambiente ou não (MAIA, 2014, p. 33). Até quando os pesquisadores enfatizam o potencial da Internet para capacitar os usuários de expressarem suas preocupações, interagirem e “responderem” instantaneamente, eles muitas vezes reconhecem que diversas divisões digitais criam obstáculos contra participação em ambientes virtuais onde muitos dos vieses existentes “offline” são reproduzidos na comunicação em rede (MAIA, 2014).

No entanto, há fenômenos específicos dos *sites* de redes sociais, ou seja, características estruturais, como, por exemplo, o fato de muitas solicitações e interações sociais nesses espaços não exigirem construções de relações de amizade, por exemplo. Recuero (2017) refere-se ao conceito de “persistência” para compreender como permanece no tempo muitas das ações envolvidas nos *sites* de redes sociais e como podem acontecer em momentos diversos, inclusive quando os atores não estão envolvidos, sugerindo, assim, a possibilidade de recuperação de conexões e valores sociais. A autora também utiliza o termo “replicabilidade” para identificar como as informações são espalhadas de modo rápido, podendo se tornar “virais”. A facilidade em replicar as informações reside no fato de que são permanentes nesses espaços. No que se refere às dinâmicas, a autora compreende que há audiências que não são imediatamente

discerníveis para quem está interagindo, sendo “invisíveis”, podendo ser facilmente tiradas de seu contexto original e reproduzidas em outros, aumentando, portanto, o potencial para conflitos. Há também uma espécie de “apagamento” ou “borramento” de fronteiras daquilo que ainda se considera público e privado e que se traduz na dificuldade em demarcar espaços tipicamente dados em grupos sociais fora do espaço midiático. Assim, elementos considerados privados expostos nos *sites* de rede social também se tornam difíceis de serem compreendidos, já que se tem o entendimento de que aquilo que é colocado nessas ferramentas é público. Conforme aponta Maia:

A internet vem sendo altamente valorizada por proporcionar recursos para que grupos expressem e atualizem suas identidades, seus valores e interesses. Em casos de grupos que sofrem injustiça distributiva ou de exclusão simbólica, a busca por superação dos obstáculos se inicia com o esforço desses atores para definir, em seus próprios termos, a situação-problema, por meio da contestação de constrangimentos em práticas históricas, cristalizadas em regras formais ou implícitos em convenções culturais da sociedade (GOMES; MAIA, 2008, p. 337).

A passagem da autora contextualiza a situação das mulheres em condições de discriminação e desigualdade tendo, assim, o espaço da rede para se expressar. A contestação de padrões culturais e a possibilidade de trazer experiências particulares para exposição pública promovem o compartilhamento e o reconhecimento de problemas. No entanto, nem só de conteúdos igualitários ou revolucionários vive a internet: “Se a discussão acontece em um ambiente livre de medo, de intimidação ou de ridículo, uma variedade maior de pontos de vista pode ser expressa” (GOMES; MAIA, 2008). Nesse sentido também é importante lembrar que o medo, a intimidação e o escárnio tornaram-se elementos constituintes dos espaços virtuais. Assim, há também na rede grande propagação de discursos conservadores e antidemocráticos entre os usuários, os quais geram muitos debates e discussões. Nesse sentido, mesmo que a internet viabilize uma estrutura horizontal e descentralizada das relações, as relações na sociedade são altamente verticalizadas, as quais nos impõem uma série de ambiguidades e conflitos.

De modo que não necessariamente as teorias dos meios de comunicação tradicionais podem se aplicar aos meios de comunicação digitais, o propósito aqui foi mostrar os processos de mudança nas interações mediadas.

### **2.1.1 Perspectivas distópicas**

Dominique Wolton (2011) nos lembra que a midiaticização da transmissão e a interação não produzem necessariamente um sistema de comunicação (p. 31), como demonstra o caso da criação de *fake news*, por exemplo. A internet está adaptada à globalização se não tiver de ser

a única ferramenta das lutas pela emancipação, sobretudo porque os poderes autoritários e ditatoriais também sabem se servir dela para acentuar a repressão e fazer campanhas de desinformação e de manipulação (WOLTON, 2011, p. 34). Segundo o autor, em um universo onde tudo circula, separar as legitimidades dos discursos é fundamental (WOLTON, 2006, p. 44).

Castells (2018) considera que há uma crise profunda devido à ruptura da relação entre governantes e governados devido ao surgimento de lideranças políticas que representam um verdadeiro caos pós liberal. Isso contribui também para uma crise da legitimidade política, ou seja, o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam. Segundo o autor, essa crise de legitimidade democrática contribuiu para fundamentação de um discurso de medo e uma prática política que se propõe voltar à nação como comunidade cultural da qual são excluídos os que não compartilham valores definidos como originários, voltar à raça entendida como fronteira aparente do direito ancestral da etnia majoritária. Voltar, também, à família patriarcal, como instituição primeira de proteção cotidiana diante de um mundo em caos (CASTELLS, 2018, p. 382). A identidade política do cidadão foi sendo substituída cada vez mais por identidades culturais diversas, portadoras de sentido para além da política, em que os controles e censuras tradicionais são desativados (CASTELLS, 2018).

Se a política manifesta-se cada vez mais intensamente no mundo midiático, os conteúdos formadores de opinião acabam sendo extremamente simples, em que mensagens impactantes acabam sendo formadas muitas vezes por imagens. Assim, as impressões se tornam opinião e construções de mensagens simples conduzem à personalização da política, sendo que as mensagens negativas se tornam muito mais eficazes em sua influência do que as positivas (CASTELLS, 2018). Características essas bastante evidentes nos últimos processos eleitorais brasileiros, em que figuras como a de Jair Bolsonaro são eleitas. Seus discursos e sua pessoa transcendem os partidos, ganhando apoio e voto de pessoas atemorizadas pelas mudanças econômicas, tecnológicas, étnicas e culturais de seus países (CASTELLS, 2018).

Rendueles (2017) afirma que o determinismo tecnológico renasceu com força brutal, no entanto, restrito às tecnologias da informação e da comunicação. Ainda, nos informa como o desenvolvimento tecnológico é compatível com um maior nível de igualdade nas sociedades que estão comprometidas com redistribuição econômica. Outra questão é que aquilo que se pode esperar da tecnologia em termos políticos, pode se tratar, muitas vezes, de mais uma esperança utópica moderna. O autor, abertamente marxista, nos lembra que sem os avanços materiais substanciais não é possível conceber a libertação política. Lembra que pelo contrário, a tecnologia contemporânea seria pós política, no sentido de que superaria os mecanismos

tradicionais de organização da esfera pública. Por isso, além de se referir ao determinismo tecnológico, acrescenta a ideia de fetichismo tecnológico.

Ao se referir a “ciberfetichismo” (2017), o autor acredita que “ciberfetichistas” não fornecem nenhuma pista concreta sobre o modo como as mudanças tecnológicas interferem nas estruturas sociais. A digitalização, ainda, aumentou a possibilidade de se lucrar com a propriedade intelectual a baixo custo. O autor compreende que o ciberfetichismo mascara problemas apocalípticos onde o livre acesso à internet não só conduz imediatamente à crítica política e à intervenção da cidadania como, enfraquece ambas.

Buyng-Chul Han (2018) é de certa forma ainda mais pessimista. O autor acredita que mídias como Facebook e Twitter desmediatizam a comunicação, e caso sejam amplamente generalizadas acabam por encerrar também a representação. Assim, estando todos diretamente presentes, estão também suas opiniões sem intermediários. Se a comunicação atual reduz a importância do intermediário, há também a ausência de distanciamento das nossas paixões, de modo que todo tipo de opinião acaba sendo validada pela formação e propagação de redes. Por isso a ideia de “exame digital” (2018) trazida pelo autor. Tal fenômeno também leva à massificação, onde linguagem e cultura se achatam:

A crescente pressão de desmediatização também se estende à política. Ela ameaça a democracia representativa. Os representantes políticos apresentam-se não como transmissores mas também como barreiras. Assim, a desmediatização se manifesta como exigência por mais participação e transparência. É justamente a esse desenvolvimento medial que os partidos piratas devem o seu sucesso inicial. A crescente compulsão por *presença* que a mídia digital produz ameaça o princípio universal da *representação* (HAN, 2018, p. 37-38).

### 2.1.2. Breves apontamentos sobre o Facebook

Embora tenha perdido um pouco da sua popularidade se comparado a anos anteriores, o Facebook ainda é a rede social mais utilizada no Brasil, perdendo apenas para o Youtube. É também o terceiro país que mais utiliza a rede, ficando atrás dos EUA e Índia<sup>2</sup>. No entanto, a rede social considerada preferida entre os brasileiros atualmente é o Instagram. O Facebook também continua sendo a principal rede utilizada por empresas, tendo uma pequena queda nos últimos anos, sendo o Instagram o segundo colocado e apresenta, juntamente com o LinkedIn, uma significativa ascensão<sup>3</sup>:

Assim, a atividade mais importante da internet hoje se dá por meio dos sites de rede social (SNS, de Social Networking Sites), e estes se tornam plataformas para todos os tipos de atividade, não apenas para amigos ou bate-papos pessoais, mas para marketing, e-

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://rockcontent.com/br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>>. Acesso em 14 out. 2020.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://inteligencia.rockcontent.com/social-media-trends-2019-panorama-das-empresas-e-dos-usuarios-nas-redes-sociais/>>. Acesso em 14 out. 2020.

commerce, educação, criatividade cultural, distribuição de mídia e entretenimento, aplicações de saúde e, sim, ativismo sociopolítico (CASTELLS, 2013, p. 173).

No que se refere às outras práticas, incluindo usuários ativos da rede, Recuero (2012) ressalta a importância de levar em consideração o contexto na conversação mediada como forma de identificar o pano de fundo sobre o qual as conversações acontecem. Nesse sentido, torna-se relevante verificar o lugar enquanto um quadro espaço-temporal da conversação, assim como o objetivo da interação e os participantes. A autora entende o contexto dos *sites* de redes sociais a partir de duas perspectivas, sendo elas o micro (delimitados ali pelas interações) e o macrocontexto, que compreende o momento histórico, social e cultural, as experiências do grupo e mesmo o histórico de interações anteriores dos participantes. Ambas são interdependentes e necessárias para compreensão do contexto. Recuero (2017) também aponta para necessidade de se diferenciar as redes sociais dos *sites* de redes sociais, já que comumente nos referimos às ferramentas digitais como “redes sociais”. O Facebook, por si só, não apresenta redes sociais:

É o modo de apropriação que as pessoas fazem dele que é capaz de desvelar redes que existem ou que estão baseadas em estruturas sociais construídas por essas pessoas (muitas vezes, de modo diferente daquele previsto pela própria ferramenta). Uma vez que passem a usar Facebook, os atores criarão ali redes sociais que passarão a ser exibidas por ele (RECUERO, 2017, p. 13).

Ramos (2015) compreende a internet como um espaço social onde a sua materialidade e o modo de agir e existir é a própria informação e seus modos de produção. Portanto, insistir na oposição entre real e virtual é um equívoco. O autor identifica que sobretudo no Facebook há a apresentação de um eu tomado como unidade já que o *Site*, enquanto rede social, duplicou redes de pessoas, grupos e interesses que já existiam. Opera, assim, em uma continuidade que vai do privado ao público, gerando também um apagamento entre essas duas fronteiras.

A concepção predominante da internet como uma plataforma privilegiada para a ampliação da democracia, da participação confrontou-se várias vezes com a realidade. Sabemos que os meios de comunicação estão dispostos a distorcer os fatos o quanto acharem necessário (RENDUELES, 2017). Desse modo, a própria estrutura das redes sociais fornece essas ambiguidades, já que as perspectivas apresentam-se a todo momento e amplamente divididas. Nessa arquitetura paradoxal, manifestações democráticas até manifestações fascistas como as de ódio racial e de gênero, por exemplo, estão presentes. Se há pessoas e grupos enfatizando o caráter destrutivo da rede há também grupos que mostram as potencialidades do espaço. Posições tão ambíguas assim só demonstram o caráter profundamente contraditório das mídias digitais. Nesse sentido, cabe ressaltar que o Facebook é antes de mais nada uma empresa e tem seu modo de atuação definido por isso. Ainda, a rede social precisa ser entendida como

ambiência, ou seja, como espaço de interação de modo que uma das maneiras pela qual se conecta à discussão por reconhecimento é pela publicização de determinadas pautas.

### 2.3 Reconhecimento

A discussão feita por Honneth contém um alto nível de abstração, no entanto, também apresenta um caráter sociológico. O diálogo entre esses dois campos não está dado na teoria do reconhecimento trazida pelo autor. Em *Luta por Reconhecimento*, o autor oferece elementos de uma sociologia que ressalta a dimensão intersubjetiva da integração social de modo que essa integração assume um caráter normativo (SOUZA, 2012).

Honneth procura desvendar a gramática moral dos conflitos sociais em que o conceito de reconhecimento hegeliano é central e norteia a discussão por meio do aspecto normativo nos processos sociais de integração. Entende-se, desse modo, o caráter sociológico na discussão feita por Honneth. Há elementos que impedem o reconhecimento, no entanto, as lutas por reconhecimento implicam lutas contra esses obstáculos. Os princípios do reconhecimento, assim, fornecem um horizonte normativo para identificar e desafiar formas distintas de poder e injustiças sociais, a fim de possibilitar práticas emancipatórias (MAIA, 2014, p. 17).

Honneth demonstra a dimensão moral dos conflitos sociais, de modo que esses conflitos se originam a partir de experiências de desrespeito social que se traduzem em ataque à identidade individual ou coletiva. Essas experiências, então, podem vir a se tornar uma luta. O filósofo, ao desenvolver a teoria do reconhecimento, nos ajuda a compreender algumas perspectivas para o entendimento das lutas e conflitos sociais. A teoria do autor parece pouco operacional, mas tem no inconformismo e na indignação um de seus pontos de chegada ao iluminar aspectos da realidade social, sugerindo, assim, a manutenção da crítica frente a muitas questões à medida que nos dá instrumentos para pensar o individual e o coletivo. Ao mobilizar temas e preocupações de diversos campos disciplinares, o autor apresenta como questão central a motivação de explicar os aspectos motivacionais responsáveis pelas lutas sociais hoje. Ou seja, está presente na sua discussão a indagação sobre o que motivaria o engajamento da sociedade civil, composta por pessoas envolvidas em processos de contestação extremamente longos e complexos e que, frequentemente não se revertem em benefícios diretos e que possam ser quantitativamente mensuráveis a seus atores individuais (SILVA, 2018, p. 319-320).

No livro *Luta por Reconhecimento*, Honneth argumenta que as questões de identidade e da formação do sujeito relacionam-se à por emancipação e autonomia. Como surge esse sujeito razoavelmente autônomo? Diferentes sujeitos com diferentes concepções de vida precisam conviver de forma adequada juntos em sua convivência social. Para Honneth, as

dimensões anteriormente indicadas podem acontecer de formas diferentes em distintos lugares (HONNETH, 2003).

Honneth (2003) argumenta que a identidade dos indivíduos está diretamente associada ao mecanismo de reconhecimento na sociedade. Este mecanismo, trabalhado por meio de perspectivas como o amor, a justiça e a solidariedade, são fatores motivacionais de conflitos sociais quando se tornam ausentes em determinados grupos. Neste sentido, conforme Honneth, as experiências de desrespeito estão relacionadas primeiramente às vivências afetivas humanas, em seguida, à prática institucional associada à justiça, que, quando identificada à exclusão de direitos, pode prejudicar a noção de autorrespeito moral. E, por último, relacionada à negação da dimensão da solidariedade estão as formas de desrespeito em forma de degradação e ofensa, em que o modo de reconhecimento se constitui pela estima social (HONNETH, 2003).

Essas três formas de reconhecimento trazidas por Honneth referem-se a modos distintos de representação, mas, ao mesmo tempo estão relacionadas, apresentando, portanto, um certo desenvolvimento conjunto. Percebemos que na primeira etapa do reconhecimento (o amor), a forma de desrespeito correspondente constitui-se em maus tratos e violação, sendo, portanto, a integridade física o componente de personalidade ameaçado. Já no que se refere ao reconhecimento por meio das relações jurídicas, o desrespeito se estabelece quando há privação de direitos e o sujeito tem sua integridade social ameaçada. E, por fim, quando na comunidade de valores não há reconhecimento, ocorre a ofensa que fere, assim, aquilo que se entende por honra e dignidade.

O reconhecimento trata-se também da maneira como o sujeito constrói socialmente sua identidade. Sendo uma teoria social de cunho normativo, pretende-se que a mobilização individual e a luta como resposta à experiência de sofrimento moral será apresentada como uma luta por reconhecimento a fim de recompor a integridade ferida (SILVA, 2018, p. 321):

Isto é, que a livre formação de uma personalidade autônoma e individuada não ocorre no isolamento, em operações de consciência realizadas de forma monológica e autocentrada, mas sim, em relações sociais de aprendizagem mútua, nas quais o sujeito é levado a reconhecer em seus parceiros da interação as mesmas qualidades de autonomia e individuação que reclama para si mesmo (SILVA, 2018, p. 321).

É importante observar na estrutura de Honneth que as duas últimas formas de reconhecimento (direitos e solidariedade) apresentam um potencial evolutivo, pois, como observa o autor, as relações jurídicas promovem generalização e materialização da conservação de sua dignidade:

Por isso, na estrutura do reconhecimento jurídico, justamente porque está constituída de maneira universalista sob as condições modernas, está infrangivelmente inserida a tarefa de uma aplicação específica à situação: um direito universalmente válido deve ser questionado, à luz das descrições empíricas da situação, no sentido de saber a que círculo de sujeitos ele

deve se aplicar, visto que eles pertencem à classe das pessoas moralmente imputáveis (HONNETH, 2003, p. 186).

Apesar da teoria desenvolvida por Honneth não fazer referência às manifestações em mídias sociais, podemos identificar, de maneira introdutória, a temática da luta do reconhecimento como uma perspectiva que permeia muitas das subjetividades em conflitos de grupos estigmatizados moralmente. A teoria de Axel Honneth assume que as relações de reconhecimento são fundamentais para a formação da subjetividade e da auto-realização. Essa abordagem nos permite conceber a luta pelo reconhecimento como um processo contínuo e interminável. Aqueles que lutam pelo reconhecimento precisam, de alguma forma, formar um senso de comunidade baseado na mutualidade para afirmar o valor próprio contra o desconhecimento. Em vez de considerar os indivíduos desamparados diante de experiências de desrespeito, talvez seja mais convincente ver a luta pelo reconhecimento como uma atividade contínua que ocorre nos campos das experiências de respeito e desrespeito (MAIA, 2014). O processo conflituoso pelo qual alguém é capaz de obter autoconfiança, resistir à humilhação social e responder de maneira auto-afirmativa às ofensas de outros como uma dinâmica que ocorre dentro de horizontes pluralistas de convicções éticas e arranjos institucionais (MAIA, 2014, p. 150).

Embora admitindo que a natureza das respostas dos outros seja crucial e determine a estrutura da subjetividade, torna-se importante reavaliar o vínculo entre as condições históricas que envolvem as reivindicações de reconhecimento que são realmente levantadas pelos grupos e os arranjos institucionais em uma determinada sociedade (MAIA, 2014, p. 151). Se não há justiça sem reconhecimento, a injustiça de gênero só pode ser reparada quando houver política e práticas culturais de reconhecimento:

Simplesmente porque os sujeitos humanos não podem reagir de modo emocionalmente neutro às ofensas sociais, representadas pelos maus-tratos físicos, pela privação de direito e pela degradação, os padrões normativos do reconhecimento recíproco têm uma certa possibilidade de realização no interior do mundo da vida social em geral; pois toda realização emocional negativa que vai de par com a experiência de um desrespeito de pretensões de reconhecimento contém novamente em si a possibilidade de que a injustiça infligida ao sujeito se lhe revele em termos cognitivos e se torne o motivo da resistência política (HONNETH, 2003, p. 224).

Nesse sentido, as três formas de reconhecimento apresentadas e desenvolvidas por Honneth não são, portanto, crenças pessoais/emocionais isoladas em si mesmas, mas aspectos que fazem parte de um processo dinâmico e intersubjetivo. Sem o autorrespeito há subordinação, marginalização e exclusão, prejudicando, assim, a autonomia. Até mesmo a autoconfiança não é uma conquista individual, pois se forma no interior dos relacionamentos

íntimos. E, por fim, sendo a autoestima prejudicada, surge a dificuldade do indivíduo em se autodeterminar com relação aos seus projetos. Essa última forma de reconhecimento possui um caráter mais valorativo, mas também constitui uma forma de ameaça à individualidade dos sujeitos (HONNETH, 2011).

Maia (2014) entende que as lutas por reconhecimento são e precisam ser mediadas nas sociedades multiculturais e complexas. Isso traz questionamentos concretos não apenas sobre as formas de representação na mídia mas também sobre questões sociais e culturais mais amplas e como essas interações midiáticas são interpretadas pelas pessoas. Processos de intersubjetividade e identidade que surgem dessas interações não podem ser bem compreendidas sem levar em consideração o papel dos meios de comunicação (p. 2). A abordagem teórica do reconhecimento, articulando uma noção mais ampla de dependência intersubjetiva, fornece um ponto de partida para observar como os sujeitos lutam para serem vistos pelos outros como agentes, e não serem tratados injustamente. A teoria de Honneth ajuda a esclarecer atividades de interpretação e lutas por parte dos participantes, bem como seus motivos para desafiar uma certa norma, enquanto se engaja na argumentação sobre conflitos morais em diferentes esferas (MAIA, 2014, p. 112). É importante lembrar que o reconhecimento cria condições para novas demandas de reconhecimento, ou seja, é sempre transformativo, não necessariamente revolucionário.

### **2.3.1 A dimensão da Estima Social:**

Honneth enfatiza a importância da autoestima para autonomia (2011), informando sobre o caráter inevitavelmente valorativo desse campo simbólico. Pois é preciso que a pessoa encontre sentido expressivo e significativo para fazer aquilo que faz e persistir de forma sincera (2011, p. 98). Os padrões de degradação representam uma ameaça à identidade dos indivíduos, afetando, assim, o seu modo de agir. Ou seja, para o exercício da autonomia é necessário que haja proteção contra as ameaças de degradação. O reconhecimento das particularidades que definem o indivíduo em meio aos seus esforços de autorrealização exige a passagem para o âmbito da estima social.

Mas autoconfiança, autorrespeito e autoestima permanecem conquistas mais ou menos frágeis e sua vulnerabilidade a várias formas de injúria, violação e denigração faz com que proteger os contextos sociais nos quais essas conquistas emergem seja uma questão central da justiça (ANDERSON, HONNETH, 2011, p. 99).

A saída do círculo vicioso do desprestígio e isolamento é, mais uma vez, a luta social, bem como as lutas contemporâneas de afrodescendentes, mulheres, minorias étnicas e religiosas que se encontram no interior de conflitos culturais (SILVA, 2018, p. 327):

Se a estima social é organizada segundo esse padrão estamental, então as formas de reconhecimento associadas a ela assumem o caráter de relações, simétricas por dentro, mas assimétricas por fora, entre os membros estamentais culturalmente tipificados: no interior dos grupos determinados por *status*, os sujeitos podem se estimar mutuamente como pessoas que, por força da situação comum, partilham propriedades e capacidades a que compete na escala dos valores sociais uma certa medida de reputação social; entre os grupos definidos por *status*, existem relações de estima escalonada numa hierarquia, que permite aos membros da sociedade estimar propriedades e capacidades no sujeito estranho ao respectivo estamento, as quais contribuem, numa medida culturalmente predeterminada, para a realização de valores partilhados em comum (HONNETH, 2011, p. 202).

Os critérios pelos quais a sociedade orienta a estima social das pessoas, conforme as mesmas cooperam na implementação de valores definidos, pressupõem um contexto de vida social onde os membros constituem uma comunidade de valores de acordo com a concepção de objetivos comuns (HONNETH, 2003). O enfraquecimento da autoestima em virtude do desprestígio social acabam por minar projetos de autorrealização futuros. A saída é, portanto, a luta, que não limita somente à luta por direitos já que não se refere somente à tolerância ou inclusão formal. A luta se dá no sentido de transformar valores hegemônicos de uma sociedade, como as lutas de grupos minoritários representadas nos conflitos culturais (SILVA, 2018). Por isso o sentido da formação de grupos encontra-se na camada da autoestima.

Quanto mais as concepções dos objetivos éticos se abrem a diversos valores e quanto mais a ordenação hierárquica cede a uma concorrência horizontal, tanto mais a estima social assumirá um traço individualizante e criará relações simétricas. Daí ser natural começar identificando as propriedades dessa forma específica de reconhecimento também na mudança histórica que ela experimentou na passagem das sociedades tradicionais para as modernas: assim como a relação jurídica, a estima social só pôde assumir a forma que nos é familiar hoje depois que se desenvolveu a ponto de não caber mais nas condições-limite das sociedades articuladas em estamentos. A mudança estrutural que isso pôs em marcha é marcada, no plano de uma história conceitual, pela transição dos conceitos de honra às categorias da “reputação” ou “prestígio social” (HONNETH, 2003, p. 200-201).

A teoria de Axel Honneth assume que as relações de reconhecimento são fundamentais para a formação da subjetividade e da auto realização. Essa abordagem nos leva a entender a luta pelo reconhecimento como um processo contínuo e interminável. Aqueles que lutam pelo reconhecimento precisam, de alguma forma, formar um senso de comunidade baseado na mutualidade para afirmar o valor próprio contra o desconhecimento (MAIA, 2014, p. 150). Nesse sentido, entende-se que a formação de grupos acontece principalmente na dimensão da estima social. Os grupos, ao compartilharem valores e visões de mundo e, muitas vezes, o mesmo sofrimento, podem participar de uma mesma luta. Nesse sentido, o grupo é fator constituinte da formação de estima, por meio da apreciação positiva das realizações pessoais de cada indivíduo no interior de uma ordem social de valores (SILVA, 2018).

### 2.3.2 O debate entre Honneth e Fraser

O tema do reconhecimento desenvolvido por Honneth trouxe desdobramentos tanto no próprio autor quanto em autores que o consideram de certa forma insuficiente para o entendimento de problemas e conflitos sociais, sobretudo os contemporâneos. A filósofa e também afiliada à escola da Teoria Crítica, Nancy Fraser, aprofunda-se nesse debate e traz significativas considerações a respeito do tema.

No debate entre Honneth e Fraser os autores defendem que fazer Teoria Crítica é assumir uma atitude, uma forma específica de fazer teoria social, em outras palavras, é a combinação do interesse acadêmico com a *práxis* social. Nancy Fraser questiona se as lutas identitárias promovem justiça social à sociedade ou elas são mudanças de ideais igualitários mais particulares. A provocação da autora é no sentido de indagar se essas lutas identitárias dariam conta das questões relacionadas à reposição material da vida, chamando atenção para o risco que se corre no discurso cultural identitário fomentado pelo discurso de reconhecimento segundo a autora, pois tal discurso poderia abandonar questões universais. Então, como dar conta do reconhecimento sem ignorar as demandas econômicas tradicionais? Esse é o núcleo do debate entre os autores (FRASER; HONNETH, 2003).

Fraser convoca Honneth a admitir a importância da luta pela identidade, mas também pela redistribuição. Para Honneth, o problema desse dualismo é que as demandas redistributivas estão dentro das demandas por reconhecimento. Ou seja, a discussão feita por Honneth sobre as lutas por reconhecimento antecede as demandas redistributivas, sendo o reconhecimento simbólico condição para a redistribuição. Veremos em seguida que há discordâncias no argumento de Honneth, de modo que podemos pensar como as lutas pela redistribuição também se configuram em lutas por reconhecimento.

Em primeiro lugar, de acordo com Fraser, a distinção analítica entre redistribuição e reconhecimento parte da contestação de que existem injustiças econômicas, que demandam redistribuição material e promovem uma equalização entre diversos grupos e atores sociais, e injustiças culturais, que demandam reconhecimento e promovem uma diferenciação entre grupos e atores sociais (SOUZA, 2018, p. 122).

Como lidar, então, com as pessoas que estão submetidas a ambos os tipos de injustiça, como é o caso das mulheres, ainda mais no Brasil? Fraser acredita que a questão foi assentada colocando a ideia de reconhecimento em descolamento com o paradigma da redistribuição, tornando-se um problema nas lutas por reconhecimento (SOUZA, 2018).

Resumidamente, os autores apresentam formas diferentes de lidar com o tema das lutas sociais. Para Fraser (2017), as lutas por reconhecimento parecem mais concorrer do que convergir com as lutas históricas pela igualdade material. Assim, uma das consequências desse

processo seria a invisibilização de desigualdades materiais (SOUZA, 2018). A divisão conceitual de Fraser pretende articular paradigmas de justiça relativos à esfera da economia e da cultura, enquanto Honneth considera que o conceito de reconhecimento é transversal às demais esferas de organização da sociedade (SOUZA, 2018). A perspectiva dualista de Fraser permite entender práticas sociais como simultaneamente referentes à dimensão do reconhecimento e da redistribuição, como, por exemplo, a subvalorização salarial feminina, que mesmo sendo uma questão econômica necessita da mobilização do paradigma do reconhecimento (SOUZA, 2018, p. 124).

Após a publicação de *Luta por Reconhecimento*, Honneth dá sequência a outros desenvolvimentos concedendo mais atenção a esferas que antes não faziam parte do seu modelo inicial, como a esfera da economia, por exemplo (SOUZA, 2018). Sendo assim, para Honneth, o conceito deixa de ser específico às três dimensões antes aqui mencionadas e torna-se uma teoria da democracia em que se entende que o reconhecimento precisa ser institucionalmente bem colocado (p. 129). E na qual também a intersubjetividade pressupõe um caráter mais institucional, sendo condição essencial para liberdade social (p. 123). Por isso a necessidade do reconhecimento como estima social, para que os conteúdos intersubjetivamente compartilhados devem ser comprovados em termos valorativos. A estima social como necessidade, no momento que suas realizações pessoais são positivadas, o sujeito individuado recebe a confirmação de sua existência no interior de uma ordem social de valores (SILVA, 2018, p. 327). O debate entre os autores propiciou que ambos refinassem suas teorias a partir de uma mudança no foco de análise, que passou dos conflitos sociais para a construção de uma teoria normativa do capitalismo (SOUZA, 2018, p. 127).

Fraser (2017) aponta para a necessidade de uma estrutura sensível aos problemas de gênero e que possa captar o caráter fundamental da crise do capitalismo. A autora critica o modelo de justiça social baseado no estado de bem estar social limitado por fronteiras nacionais, tendo em vista que as políticas públicas e as lutas passaram por um momento de readequação à estrutura globalizada no capitalismo contemporâneo, demandando, assim, uma noção transnacional de justiça (SOUZA, 2018, p. 127):

Consequentemente, em uma sociedade na qual os parâmetros nacionalizados de regulação da cidadania são ultrapassados, resta à dinâmica da esfera pública na qual se expressam os indivíduos concernidos tentar acompanhar tal movimento. Em termos mais simples, resta à esfera pública na qual se fazem demandas por justiça correr atrás da dinâmica de transnacionalização (SOUZA, 2018, p. 128).

No Brasil não faltam exemplos para que a regulação da cidadania seja considerada ultrapassada. Altos índices de violência, significativa desigualdade social, criminalização do

aborto, dificuldade de cumprimento de leis e poder político centrado em partidos neoliberais e conservadores tornam as demandas do país complexas. Fraser (2006) refere-se às coletividades “bivalentes” aos grupos que necessitam tanto de redistribuição quanto de reconhecimento, como por exemplo, gênero e raça:

São diferenciadas como coletividades tanto em virtude da estrutura econômico-política quanto da estrutura cultural-valorativa da sociedade. Oprimidas ou subordinadas, portanto, sofrem injustiças que remontam simultaneamente à economia política e à cultura. Coletividades bivalentes, em suma, podem sofrer da má distribuição socioeconômica e da desconsideração cultural de forma que nenhuma dessas injustiças seja um efeito indireto da outra, mas ambas primárias e co-originais. Nesse caso, nem os remédios de redistribuição nem os de reconhecimento, por si sós, são suficientes. Coletividades bivalentes necessitam dos dois (FRASER, 2006, p. 233).

Fraser chama atenção para o fato de que as correntes do feminismo e do antirracismo, por exemplo, também se constituíram como parte da agenda política liberal, de modo que foram absorvidas por empresários do entretenimento e da comunicação, ou seja, fazendo parte daquilo que se entende por multiculturalismo *mainstream* (FRASER, 2017). Apesar de boa parte dessas análises de Fraser se referirem à sociedade pós anos 60 norte americana e europeia, observam-se processos semelhantes ainda hoje, sobretudo em países como o Brasil. A autora entende tal fenômeno como uma das consequências da política de identidade, pois esta acaba dialogando com discursos meritocráticos que abdicam da ideologia de ascensão social coletiva ao flertar com o neoliberalismo econômico progressista (SOUZA, 2018, p. 135).

Ao longo da década de 90 Fraser argumenta que o neoliberalismo progressista e multiculturalista bloqueia projetos de reconhecimento associados a formas econômicas contrárias ao neoliberalismo (FRASER, 2017). Outra preocupação da autora se deve à psicologização do conflito social e à reificação<sup>4</sup> da identidade que o viés apenas do reconhecimento nas lutas sociais pode gerar (SOUZA, 2018, p. 136):

Neste caso, o reconhecimento funciona como uma espécie de encastelamento da própria personalidade, mas em termos sociais – e dentro de sociedades marcadas pelo pluralismo étnico-racial, sexual, de gênero, de moral etc. – este encastelamento se expressa como práticas de distinção simbólica (SOUZA, 2018, p. 137).

Tais apontamentos nos levam a questionar se políticas identitárias geram também ressentimento, principalmente pensando o caso do Brasil e dos Estados Unidos e seus últimos acontecimentos, como as eleições de Jair Bolsonaro e Donald Trump, respectivamente. Souza (2018) questiona se uma consequência inesperada da popularização política das demandas por

---

<sup>4</sup> Honneth define reificação como um esquecimento do reconhecimento (HONNETH, 2018): “Assim como no caso da reificação de seres humanos, também está em jogo aqui um ‘modelo específico de cegueira’ presente no processo do conhecimento: percebemos animais, plantas e coisas de uma forma objetiva sem considerar que estes possuem uma multiplicidade de significados existenciais para as pessoas à nossa volta e para nós mesmos (HONNETH, 2018, p. 95).

reconhecimento foi a emergência de posições opostas ao chamado “empoderamento das minorias”. Como é o caso do crescimento de discursos extremistas e antifeministas que agem como forma de defesa de posições privilegiadas na sociedade (SOUZA, 2018, p. 142).

Fraser (2017) nos informa que a hegemonia capitalista foi forjada pela combinação de um aspecto focado na distribuição, outro no reconhecimento. O aspecto distributivo transmite uma visão de como a sociedade deve alocar os bens, especialmente a renda, remetendo, portanto, às suas divisões de classe. O aspecto do reconhecimento expressa como a sociedade deve distribuir respeito e estima, as marcas morais de pertencer. Juntos, distribuição e reconhecimento constituem os componentes normativos essenciais a partir dos quais as hegemonias são construídas (FRASER, 2017). A autora nos lembra como Trump, ao abandonar a política populista de distribuição, começou a desenvolver a política reacionária de reconhecimento, intensificada e cada vez mais perversa. Ou seja, política que busca reunir setores e pessoas apoiadoras de uma visão social excludente que defendem ideais racistas, homofóbicos, patriarcais e anti-imigrantes, por exemplo<sup>5</sup> (FRASER, 2017). Assim como Bolsonaro, ambos representam um neoliberalismo hiperreacionário. Dessa forma, políticas identitárias também surgem na direita.

No entanto, ao falarmos de reconhecimento torna-se importante lembrar que luta por reconhecimento não é uma luta identitária e sim a reivindicação estratégica da identidade. Safatle (2012) lembra que para Honneth o sofrimento de injustiça e desprezo nos levam à ação política, desta forma, os sentimentos de injustiça e desprezo são normalmente compreendidos como resultantes do bloqueio da possibilidade de afirmação social e de reconhecimento jurídico de traços da identidade individual. Ou seja, ao menos neste caso, reconhecimento e identidade caminham necessariamente juntos (SAFATLE, 2012, p. 213). “Ou seja, experiências de desprezo ligadas a atributos de indivíduos em afirmação de suas diferenças culturais são interpretadas como violência que não afetam apenas o Eu individual” (SAFATLE, 2012, p. 214). Tal experiência de indeterminação pode ter uma força política importante. Pois ela libera os conflitos de reconhecimento do terreno das diferenças culturais, com seus

---

<sup>5</sup> Progressive neoliberalism also had to defeat a second competitor, with which it shared more than it let on. The antagonist in this case was reactionary neoliberalism. Housed mainly in the Republican Party and less coherent than its dominant rival, this second bloc offered a different nexus of distribution and recognition. It combined a similar, neoliberal politics of distribution with a different, reactionary politics of recognition. While claiming to foster small business and manufacturing, reactionary neoliberalism’s true economic project centered on bolstering finance, military production, and extractive energy, all to the principal benefit of the global one percent. What was supposed to render that palatable for the base it sought to assemble was an exclusionary vision of a just status order: ethnonational, anti-immigrant, and pro-Christian, if not overtly racist, patriarchal, and homophobic. Disponível em: <<https://americanaffairsjournal.org/2017/11/progressive-neoliberalism-trump-beyond/>>. Acesso em 15 nov. 2020.

processos de construção e afirmação de identidades enquanto atributos da pessoa, nos abrindo a possibilidade de proporcionar em um sentido mais amplo uma zona de reconhecimento propriamente político. Ou seja, um reconhecimento político para além dos embates culturais sobre identidades (SAFATLE, 2012, p. 224-225).

Antes de Trump, nos lembra Fraser (2017), o bloco hegemônico que dominava a política americana era o neoliberalismo progressista que unia correntes liberais aos novos movimentos sociais, como o feminismo, antirracismo, multiculturalismo, direitos LGBTQIA+ e setores financeiros dos Estados Unidos. A política progressista de reconhecimento foi superficialmente igualitária e emancipatória em relação aos ideais de diversidade e empoderamento. A ideia de igualdade acabou sendo reduzida à meritocracia, pois o que se desenvolveu foi uma “diversificação” de hierarquias sociais. O “empoderamento” de mulheres e pessoas negras, por exemplo, dependia de ascenderem ao topo e chegarem ao mesmo nível de homens brancos de sua própria classe. Ou seja, os beneficiários dessa política eram aqueles que já detinham o capital social, econômico e cultural necessários.

Fraser (2017) defende que haja uma estratégia de separação dessas perspectivas. Para a autora, mulheres menos privilegiadas, imigrantes e pessoas negras deveriam ser atraídas para longe das feministas enxutas, dos antirracistas e anti-homofóbicos meritocráticos e da diversidade corporativa. Este seria então o objetivo de uma iniciativa feminista recente, que busca substituir o “incliná-lo” por um “feminismo para os 99 por cento”<sup>6</sup>. Ainda, outros movimentos emancipatórios deveriam copiar essa estratégia.

Souza (2018) entende que falta a Fraser uma definição de seu objeto de crítica enquanto, para Honneth, isso é muito bem delimitado. Para Fraser, a questão se desenvolve em torno do capitalismo, ao passo que para Honneth não é só isso. Silva (2018), nos lembra que para Fraser as ideologias pós-socialistas seriam caracterizadas por elaborações teóricas que apresentam o reconhecimento como a única categoria capaz de descrever as injustiças sociais contemporâneas, apesar do crescimento da desigualdade material em muitos países, inclusive economias mundiais mais desenvolvidas (p. 337). É nesse sentido que a autora traz como forma promissora de combinar metas de reconhecimento e redistribuição a ideia de remédios transformativos, baseada na desconstrução dos estereótipos simbólicos que estabelecem a

---

<sup>6</sup> “First, less-privileged women, immigrants, and people of color have to be wooed away from the lean-in feminists, the meritocratic anti-racists and anti-homophobes, and the corporate diversity and green-capitalism skills who hijacked their concerns, inflecting them in terms consistent with neoliberalism. This is the aim of a recent feminist initiative, which seeks to replace “lean in” with a “feminism for the 99 percent.” Other emancipatory movements should copy that strategy.” Disponível em : <https://americanaffairsjournal.org/2017/11/progressive-neoliberalism-trump-beyond/>. Acesso em 16 nov. 2020.

própria diferenciação do grupo assim como a transformação das estruturas econômicas geradoras de desigualdade (SILVA, 2018).

Partindo de uma dimensão mais ampla, Silva (2018), nos assevera que Honneth ressalta o tempo todo em sua teoria que o reconhecimento não se trata de uma demanda política particular. É, sobretudo, uma fonte social de descontentamento e resistência que motiva os processos políticos mais amplos (p. 338). No que diz respeito às críticas de Honneth à Fraser, o Honneth argumenta que as metas redistributivas nomeadas pela autora podem ser abarcadas em ambas as dimensões políticas do reconhecimento, como o direito e a solidariedade (SILVA, 2018).

### **2.3.3 Reconhecimento e mídia**

A mídia de massa também é um local de articulação pública e negociação sobre muitas questões, sendo crucial a exposição dessas questões para o público onde haja espaço para a expressão de opiniões visando a construção de agendas e debates (MAIA, 2014). A autora se refere aos “meios de massa” como veículos como jornais nacionais, rádio, TV, ou seja, onde o conteúdo é direcionado ao público em geral. No entanto, tais mídias também são diversas e complexas na forma de abordar seus conteúdos e no estilo de atuação. Seria ingênuo afirmar que essas mídias não constroem estratégias específicas para construção de discursos e julgamento a respeito de temas como cultura e política (MAIA, 2014).

Maia (2014) traz o argumento de que estudiosos da mídia geralmente apresentam uma preocupação dupla em relação a questões de auto-identificação e reconhecimento social. Por um lado, os estudiosos de mídia frequentemente se preocupam com o fato de o material da mídia ter um impacto no senso de si mesmo, na medida em que os indivíduos usam materiais de mídia “ver” e “medir” a si mesmos em relação às atitudes e pontos de visão dos outros. Por outro lado, os pesquisadores estão preocupados que a representação da mídia de massa pode se tornar um recurso importante para as pessoas e grupos, uma vez que fornece “modelos mentais” ou pode “moldar” perspectivas culturais. A autora sustenta que representações e discursos negativos da mídia são social e enraizada culturalmente e, portanto, historicamente constituída (MAIA, 2014, p. 30).

Maia (2014) também enfatiza que a representação e os discursos baseados na mídia são não apenas uma prática seletiva de criação de significado em uma direção, mas eles também são constituídos e transformados por agentes de grupos rivais seja em conflitos, processos políticos ou em ações coletivas (MAIA, 2014, p. 32).

Nesse sentido, cabe ressaltar a tendência de homogeneização e manutenção de estereótipos em mídias massivas. Preocupados com as relações de poder desiguais que afetam as minorias, a maioria estudiosos da mídia parecem concordar que a diversidade de representação contribui para ampliar e introduzir complexidade na maneira pela qual um determinado grupo é percebido. No entanto, reconhecimento vai além da ideia de uma multiplicidade de representações (MAIA, 2014, p. 33). O reconhecimento é luta, como um processo intersubjetivo que demanda reivindicações.

Se a publicização não gera reconhecimento ela pelo menos pode ser um caminho. Invisibilidade implica a não presença de grupos ou certas questões. A não percepção ou o ato de fazer alguém ou alguma coisa desaparecer é entendido como algo humilhante porque indica a insignificância ou a falta de significado social da pessoa ou questão em jogo (HONNETH, 2001). Os grupos desfavorecidos neste sentido geralmente lutam contra a invisibilidade para afirmar sua existência, para ser notado ou para ter suas expressões de alguma forma consideradas publicamente (MAIA, 2014, p. 34). Nesse sentido, quando os grupos demandam o reconhecimento é que se identifica a luta por reconhecimento.

Recentemente, os estudos sobre recepção de mídia vêm se movendo cada vez mais em direção à visão da “prática” da mídia - uma abordagem que busca compreender o envolvimento das pessoas com a mídia, levando em consideração quando e onde ocorre e toma forma e como as tecnologias penetram nos hábitos cotidianos já que as mídias surgem como como sites de autoexpressão e mudam as condições para a construção da identidade (MAIA, 2014, p. 40). Como as lutas pelo reconhecimento ocorrem por meio de várias formas de interação, não se pode deixar de verificar as distintas possibilidades concomitantes de ação, assim, as plataformas capturam e mostram diferentes modos como ocorre o reconhecimento (MAIA, 2014).

A solidariedade entre grupos em uma rede e a hostilidade em relação àqueles que pensam diferentemente parecem reforçar mutuamente a confiança coletiva de que não é necessário negociar suas preferências e identidades com aqueles que pensam o contrário (MAIA, 2014, p. 168). A luta pelo reconhecimento não é apenas uma questão de onde cada um se mantém, ou em qual posição se mantém, mas também como os sujeitos se relacionam. Nesse sentido, podemos investigar como certas interações e a mediação do espaço constroem condições mais ou menos favoráveis ao ativismo político e à mobilização nesses ambientes. Maia (2014) nos lembra que cada ambiente possui diferentes normas e tipos de público e as lutas episódicas por reconhecimento são altamente dependentes de situações e contextos de interação (p. 172).

A interação cotidiana em uma democracia aberta permite que os indivíduos questionem livremente e contestem reivindicações de reconhecimento. A tentativa contínua de reconhecer direitos, liberdades e deveres continuará através de processos de discussão e contestação, além de ativismo e mobilização (MAIA, 2014, p. 173). As lutas por reconhecimento geram certas perspectivas a respeito das necessidades e direitos de um sujeito, que podem ser incorporadas em um ambiente de mídia de massa, como o Facebook. Reconhecer as maneiras pelas quais os cidadãos mudam o conteúdo e o desempenho da mídia exige o abandono da crença no “poder da mídia” como uma entidade abstrata (MAIA, 2014, p. 195).

A luta por reconhecimento já produz uma mudança social, nesse sentido, podemos pensar a visibilização de debates difíceis de entrar na mídia hegemônica entendendo as lutas como estruturais e não apenas identitárias. O debate feminista, por exemplo, não é um debate de rede e sim de agenda política. Desse modo, o reconhecimento se constitui sobretudo como um processo a longo prazo onde um dos momentos desse reconhecimento é a publicização do sofrimento, embora faça parte de uma luta mais ampla.

#### 2.4 Feminismo(s)

É rica a produção de diversas autoras a respeito do tema da luta feminista e das questões de gênero. Diferentes análises apresentam perspectivas que nos permitem pensar o tema em sua complexidade sem que precisemos excluir um desenvolvimento teórico em detrimento do outro. Butler (2018) propõe, em seus argumentos, a defesa da liberdade da expressão de gênero, questionando a relação linear que foi sendo construída com o sexo, por exemplo. A autora pensa em muitos sujeitos na sua categoria de análise ao entender que gênero é algo que fazemos; assim, para a autora, gênero é performativo:

Por meio de quais exclusões foi construído o sujeito feminino e como aqueles domínios excluídos voltam para assombrar a “integridade” e a “unidade” do “nós”, que deve ser encarado com o propósito de solidariedade, produz a mesma facciosidade que deveria suprimir? As mulheres querem se tornar sujeitos dentro do modelo que exige e produz uma região anterior de abjeção, ou o feminismo deve se tornar uma jornada autocrítica sobre os processos que produzem e desestabilizam categorias identitárias? Tomar a construção do sujeito como uma problemática política não é o mesmo que eliminar o sujeito; desconstruir o sujeito não é negar ou jogar fora o conceito; ao contrário, a desconstrução implica apenas que suspendamos todos os compromissos com aquilo a que se refere o termo “sujeito”, e que consideremos as funções linguísticas que ele serve na consolidação e no acobertamento da autoridade. Desconstruir não é negar ou rejeitar, mas questionar e, talvez mais importante, levar um termo como sujeito e uma reutilização ou uma transferência não autorizada anteriormente (BUTLER, 2018, p. 83-84).

Desse modo, Butler (2018) entende que a crítica ao sujeito não é uma negação ou um repúdio ao sujeito, e sim uma maneira de interrogar a sua construção (p. 73). No que se refere às mulheres, Butler não pretende propor uma nova denominação dessa categoria, mas alerta

para o fato de sua constante transformação. Nesse sentido, as categorias de representação no feminismo podem ser, no entanto, excludentes, caso venham acompanhadas da ideia de que a opressão das mulheres tenha uma forma singular (BUTLER, 2018). Sendo assim, o foco da discussão da autora é voltado para questões culturais, como a construção da ideia de sexo e gênero, já que, para ela, a crítica à regulação da sexualidade desafia também o funcionamento da economia política:

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação (BUTLER, 2013, p. 19).

Como indicou Harding (1993), as categorias analíticas feministas são, e devem ser, instáveis, já que vivemos em um mundo incoerente e permeado por contradições. A autora identifica que as categorias teóricas do feminismo podem ser totalizantes (sobretudo se produzidas a partir do ponto de vista eurocidental), assim como a visão de mundo da ciência. No entanto, a ciência é desenvolvida a partir de um modelo masculino. Nesse sentido, a dominação sobre as mulheres é reforçada por diversos meios, já que a produção do conhecimento foi elaborada em bases androcêntricas. No que diz respeito à construção de uma epistemologia feminista, argumenta-se que esta pretende não se pautar no modelo masculinista no qual a ciência foi desenvolvida, ou seja, não deseja produzir um discurso que anule as experiências vividas pelas mulheres:

Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover visibilidade política das mulheres. Isso parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada (BUTLER, 2013, p. 18).

Butler (2013) também nos lembra que a própria definição da categoria “mulher” passou a ser questionada no decorrer de algumas teorias feministas. A autora identifica que “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2013, p. 18). A discussão a respeito do que seria de fato a categoria “mulheres” promove, em certa medida, o desmembramento do conceito constituído em bases biológicas ou remetidas à construção de papéis sociais naturalizados. O que se sabe é que o reconhecimento na sociedade, como categoria que precisa ocupar mais espaços, existe de múltiplas formas à medida que identificamos nos processos históricos lutas por emancipação e reconhecimento para tomada de direitos. Hoje, muitas das reivindicações perpassam desde temas como a violência física a formas veladas e sutis de machismo e discriminação. Nesse sentido, a falta de reconhecimento, como processo de identificação de abusos, desigualdades e injustiças cometidos

institucionalmente dificulta a autonomia das mulheres e provoca a sua própria invisibilidade em muitos espaços sociais:

Hoje, inúmeras experiências de ativistas produtoras de conteúdo virtual, sejam individuais ou grupais, usam a internet para minar representações e estereótipos correntes na mídia mainstream sobre as mulheres e, também, sobre identidades não-hegemônicas. Há também grupos, constituídos off-line, que utilizam o ciberespaço para disseminar suas posições e obter apoio para as causas feministas. Todas essas práticas de comunicação, ao mesmo tempo em que produzem uma diversidade de narrativas que se contrapõem aos valores dominantes e às representações estereotipadas, fortalecem o pluralismo num cenário midiático excessivamente conservador, pressionando por políticas públicas para atenuar as desigualdades de gênero, pela eliminação das discriminações contra a mulher e demais identidades não-hegemônicas e contribuindo para uma política mais democrática (ESCOSTEGUY, 2018, p. 24).

Green e Singleton (2013) sugerem o fortalecimento de laços entre teoria feminista, imaginação sociológica e as experiências do digital das nossas vidas cotidianas, pois compreendem que gênero e digital não deveriam ser entendidos como domínios distintos, pois se moldam e remodelam continuamente. Desse modo, são domínios igualmente relevantes, o que se faz em um reverbera no outro. As autoras propõem a observação do potencial transformador desses campos ao invés de análises puramente negativas ou positivas das relações entre eles. O entendimento primordial é a de que a política feminista é essencial para a realização da igualdade de gênero, e não a tecnologia, no sentido de que a luta feminista precede qualquer advento tecnológico, mas, hoje, podem e devem trabalhar juntos. Ambas lembram que as teorizações feministas de gênero e tecnologia digital tendiam a se bifurcar em teorias positivas ou negativas. Alguns posicionamentos tendiam a enfatizar o digital como forma de superar a desigualdade de gênero, enquanto outras adotavam uma abordagem mais tecnofóbica. Segundo as autoras, a identidade tem sido uma das arenas mais intensamente debatidas no campo de estudos de gênero e tecnologia (2013, p. 37).

É identificado, desse modo, a pouca presença feminina em instâncias decisórias de poder. Biroli (2014) reforça o argumento de que a esfera pública é definida exclusivamente por aquilo que foge das experiências das mulheres, gerando ainda mais sua invisibilidade nesses espaços. A distinção rígida do público e do privado gera exclusão de temas que foram renegados ao âmbito do privado. A autora sugere o abandono da ideia de que esfera privada e pública correspondem a lugares e tempos distintos e nos convida a discuti-los e entendê-los como um complexo de relações que estão inevitavelmente imbricados (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Biroli (2017) desenvolve a discussão sobre a relevância de trazer as experiências das mulheres na produção do conhecimento, e como muitas teorias feministas mostram como há ambiguidade e complexidade na relação entre teoria e prática política: “A incorporação das

experiências e vozes das mulheres tem levado, nas teorias feministas, à emergência de novos objetos, novos materiais de pesquisa e novas perspectivas epistemológicas e metodológicas” (BIROLI, 2017, p. 191). Nesse sentido, a autora nos lembra que uma das premissas que atravessa o debate feminista em sua diversidade é de que o que se passa nos espaços definidos como privados e domésticos é politicamente significativo (2017, p. 192). A suposta divisão entre público e privado representa uma dualidade que corresponde a uma compreensão restrita da política, pois em nome de uma universalidade da esfera pública define experiências como privadas e, portanto, não políticas (BIROLI, 2017).

Se o entendimento de que as experiências do cotidiano e da vida doméstica familiar importam como problema político (BIROLI, 2017) é unânime nas teorias feministas, o mesmo se reflete nas publicações dessas páginas na internet. Tal como foi visto nas publicações da página analisada, sobretudo na categoria intitulada *Feminismo informação*, em que temas como sexualidade e maternidade foram trazidos juntamente com o relato das usuárias nos comentários das publicações.

Asenbaun (2019) identifica que a reivindicação da identidade a partir da presença física implica tendências essencialistas, reforçando o pensamento estereotipado que prende o indivíduo no corpo, impedindo a possibilidade de mudança de identidade. As redes sociais oferecem, assim, a possibilidade de redefinição da presença através de novos modos de personificação. Nesse sentido, alerta que tenhamos o cuidado com crenças essencialistas, em que a identidade do indivíduo estaria fixada de acordo com o grupo associado, sustentando, desse modo, estereótipos a partir dos quais preferências pessoais são prejudicadas. Como, por exemplo, acreditar que o movimento feminista ou negro são homogêneos e devem seguir alguma espécie de cartilha.

Tais confinamentos podem se tornar ainda mais problemáticos, considerando a interseccionalidade e as relações de poder desiguais no processo de construção de identidades. Muitas vezes a noção "mulher", por exemplo, é criada principalmente por mulheres brancas, heterossexuais, com renda mais alta e que raramente refletem a experiência de mulheres LBTQIA+ ou negras. A política da presença visa promover a inclusão por meio da visibilidade de grupos marginalizados, no entanto, reforça simultaneamente modos dominantes de identidades (ASENBAUN, 2019, p. 8). Mais uma vez, retomamos aqui o entendimento de que o reconhecimento é o uso estratégico da identidade.

O desenvolvimento feito por Fraser destaca outras dimensões semelhantes referentes ao tema. A autora (2005) identifica que, a partir da década de 90, houve uma intensificação de discurso feminista voltado a políticas de reconhecimento, centrado em uma dimensão cultural.

Desse modo, as pautas passaram a ajustar o foco nas questões de identidade, tirando o foco da pauta antiga, que era redistributiva. Tal fato ocasionou, por um lado, o avanço nas pautas de reconhecimento, mas trouxe pouco enriquecimento nas lutas redistributivas. Fraser aponta que a injustiça de gênero é marcada tanto por problemas de reconhecimento como redistributivos, a qual ela denomina de “coletividades bivalentes (2006) - dilema análogo ocorre, segundo Fraser, na luta contra o racismo. Contrapondo, em parte, ao debate realizado por Honneth, Fraser (2006) identifica que a “luta por reconhecimento” está se tornando a nova forma paradigmática de conflito político no final do século XX. A autora identifica que os conflitos “pós-socialistas”, ou seja, nas mobilizações referentes à nacionalidade, etnicidade, “raça”, gênero e sexualidade, a identidade do grupo se sobrepõe ao interesse de classe, a qual se torna, na visão da autora, um problema em muitos aspectos. O reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica, negligenciando, assim, aspectos pontuais no que se refere às desigualdades. Fraser nos convoca à tarefa intelectual e militante de construir uma justiça que abarque tanto reconhecimento quanto redistribuição. O que há de comum nas construções dos dois autores é a colocação da ideia de justiça no centro da análise (TOURAINÉ, 2007).

O feminismo hoje é consolidado como um discurso de caráter intelectual, filosófico e político, que articula sua historicidade com luta, militância e fundamentação teórica. Observamos um interesse no tema do feminismo mais intensificado por volta de 2012, associado ao forte uso das plataformas de redes sociais. Inclusive, há quem argumente que estamos vivendo um momento de quarta onda do feminismo, que seria tipicamente latino-americana. Todos os países da América Latina aderiram ao movimento transnacional conhecido como Greve Internacional de Mulheres em 2017<sup>7</sup>, que tinha como mote “Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós”<sup>8</sup>, em que vozes que não tinham lugar privilegiado no feminismo foram ouvidas. Nesse cenário, compreende-se a luta das mulheres indígenas, muito forte no Brasil e onde há grande mobilização para tratar de questões ambientais, que envolvem, por exemplo, a demarcação de terras. Lutas como essas trazem uma perspectiva anticapitalista para a discussão de gênero, e retoma o que Nancy Fraser chama de feminismo dos 99%<sup>9</sup>, ou seja, um feminismo feito pela maioria e para a maioria.

---

<sup>7</sup> Paro Internacional de Mujeres (PIM) e International Women’s Strike (IWS).

<sup>8</sup> Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/como-participar-da-greve-internacional-de-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em 16 nov. 2020.

<sup>9</sup> “Nos Estados Unidos, por exemplo, as forças do feminismo de base estão ligadas aos movimentos Occupy [de ocupação do espaço público] e Black Lives Matter [contra o genocídio da juventude negra]. Para Fraser, esse conceito deve ser aplicado a todos os movimentos sociais: LGBTs, indígenas, ambientalistas, todos deveriam abolir as hierarquias e criar formas não-capitalistas de fazer política”. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana/>>. Acesso em 16 nov. 2020.

O modo como as pessoas interagem nas páginas permite inferir certas interações offline. Tornar público determinadas discussões e fazer com que a publicização de uma causa possa ser generalizada precisa de condições prévias dos envolvidos na rede. Nesse caso, o mundo online se apresenta como universo e contexto de pesquisa com complexidades próprias. Nesse sentido, ao reconhecermos que a publicização da causa é importante para o reconhecimento também devemos levar em consideração as lógicas internas do mundo digital e sua ambiência.

### 3. ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DA PÁGINA *NÃO ME KAHLO*

#### 3.1 Metodologia e dimensões de análise

Realizamos um estudo de caso da página do Facebook *Não Me Kahlo*, que conta, atualmente, com mais de um milhão de seguidores. *Não Me Kahlo* refere-se a um coletivo formado por quatro mulheres que têm como objetivo utilizar as redes sociais para estimular o debate sobre questões de gênero<sup>10</sup>. A escolha do estudo de caso para esta investigação se dá pela contemporaneidade do fenômeno em questão. Ainda, o estudo de caso apresenta-se como estratégia de investigação que enfrenta uma situação em que há muitas variáveis de interesse baseando-se em várias fontes de evidência. Muitos aspectos com relação ao tema dessa pesquisa poderiam ser explorados, no entanto, faz-se necessário um recorte para construção do objeto aqui apresentado. Poderia ter se utilizado para o trabalho de análise, por exemplo, as últimas postagens da página independente do nível de repercussão e engajamento em cada publicação, no entanto, não foi esse caminho adotado. E como fonte de evidência apenas as postagens da página ou até mesmo a realização de entrevistas com as produtoras de conteúdo, que no entanto, não foram viabilizadas por conta da indisponibilidade das mesmas. Desse modo, a coleta de informações foi feita a partir de conteúdos publicados no *feed* da página. Foi investigado, ainda, a resposta (recepção) por parte dos frequentadores para a construção das categorias de análise. A observação das publicações também chamará atenção para eventos, ações ou mudanças (locais ou globais) repercutidos eventualmente no período das postagens.

Utilizamos a Análise de Conteúdo (AC) para reconstruir indicadores, valores, atitudes e opiniões (BAUER, 2002). A análise foi feita a partir de materiais textuais, tratando-se, portanto, de uma construção social:

Quando o foco está no público, o texto é um meio de apelo: uma influência nos preconceitos, opiniões, atitudes e estereótipos das pessoas. Considerando os textos como uma força sedutora, os resultados da AC são variáveis independentes, que explicam as coisas. A modalidade desta influência é ainda controvertida; contudo, a AC fornece as variáveis independentes no delineamento de estudos sobre efeito de mídia, sobre o estabelecimento da agenda ou em estudos de desenvolvimento (BAUER, 2002, p. 192).

O número atual de curtidores é de aproximadamente 1.209.051 pessoas<sup>11</sup>. É importante ressaltar que não necessariamente aqueles que interagem com as publicações da página são os seus “curtidore”, pois a publicação pode ter passado no *feed* de notícias, no qual circulam informações de amigos do *Facebook*. As produtoras da página mantêm um *website*<sup>12</sup> e

<sup>10</sup> Disponível em: < <https://www.naomekahlo.com/sobre/> >. Acesso em 8 dez. 2018.

<sup>11</sup> Esse número foi constatado no dia 15 de outubro de 2020.

<sup>12</sup> Ver: < <https://www.naomekahlo.com/> >. Acesso em 29 jun. 2020.

distribuem seu conteúdo também em plataformas como *Twitter*<sup>13</sup>, *Instagram*<sup>14</sup> e *Youtube*<sup>15</sup>. A página no *Facebook* é a plataforma em que o coletivo tem maior audiência até o momento. No entanto, as moderadoras têm produzido cada vez mais conteúdo no *Twitter* e no *Instagram*, de modo que também ganharam mais seguidores nessas plataformas<sup>16</sup>. Isso se justifica, também, pela própria tendência de queda de popularidade do Facebook, apesar de ainda ser uma das principais redes sociais de uso dos brasileiros. Justifica-se, assim, a escolha da página tanto pelo número considerável de “curtidores” quanto pela organização do coletivo e, também, pelo aumento desse tipo de mobilização na internet nos últimos anos. Cabe informar que houve uma tentativa de realizar entrevista com as moderadoras, no entanto, as mesmas informaram que estavam muito ocupadas no período da coleta de dados e portanto não poderiam participar.

**Figura 1 - Perfil da página *Não Me Kahlo***



Fonte: Facebook.

<sup>13</sup> Ver: < <https://twitter.com/naokahlo> >. Acesso em 29 jun. 2020.

<sup>14</sup> Ver: < <https://www.instagram.com/naokahlo/> >. Acesso em 29 jun. 2020.

<sup>15</sup> Ver: < <https://www.youtube.com/channel/UCLMp2AgzSZrEZh1XzJXeXw> >. Acesso em 29 jun. 2020.

<sup>16</sup> O coletivo tem aproximadamente 110 mil seguidores no *Twitter* e no *Instagram* (até novembro de 2020).

No período de qualificação do projeto de pesquisa uma sugestão trazida pela banca foi a de utilizar o aplicativo acadêmico *Netvizz*, ferramenta própria do Facebook:

Grosso modo, há duas técnicas principais para coletar dados das mídias sociais. A primeira é o *scraping*, ou seja, a criação de robôs para ler os códigos dos sites e “raspar” os conteúdos das páginas. Contudo, essa opção é bastante limitada pelo Facebook. Há um documento com termos e políticas para coleta de dados por *scraping* que delinea as restrições. A segunda técnica, e a mais utilizada, é a extração por meio da Interface de Programação de Aplicativos (do original Application Programming Interface – API). (...) Os aplicativos acadêmicos e alguns softwares plenos nada mais são do que interfaces que se conectam às APIs e facilitam o processo de coleta de dados. Contudo, eles aproveitam apenas parte das funcionalidades existentes na documentação (ALVES, 2016, p.74).

Ou seja, as APIs tendem a ser alteradas constantemente, de acordo com as políticas corporativas do *Facebook*. As documentações ficam sem alteração até dois anos, a contar da data de lançamento, e, depois, são substituídas pela versão mais recente com a depreciação das requisições anteriores (ALVES, 2016, p. 75).

No período de realização da coleta (segundo semestre de 2019) algumas das suas antigas funções já haviam sido limitadas, no entanto, foi possível reunir dados robustos, de modo que expandem as dimensões de análise da pesquisa para além do que é aqui apresentado.

A ferramenta atua de modo que permite extrair dados de usuários, páginas ou grupos da rede social. Também oferece recursos para recuperar informações sobre grupos, páginas e curtidas, bem como imagens postadas na linha do tempo, resultados de buscas ou estatísticas de link específicos. A partir da extração os dados podem ser organizados em tabelas e postos em planilhas do Excel, bem como foi feito para que se pudesse organizar o grande volume de dados. Foi selecionado o período de 01/01/2019 a 15/07/2019 a partir de um total de 100 postagens da página *Não Me Kahlo*. A escolha do período se dá mais por questões pragmáticas, no sentido de manter o conteúdo atual e por também coincidir com o estágio da coleta da pesquisa. Para a amostra, selecionei as postagens de maior engajamento e de maior número de comentários durante esse período, contabilizando um total de 23 publicações. A maioria das publicações se repete tanto na tabela medida pelo grau de engajamento quanto pelo número de comentários. Por engajamento compreende-se o somatório do número de comentários, reações<sup>17</sup> e compartilhamentos de cada publicação.

Há diferentes modos de fazer a coleta e os modos escolhidos dialogam com a construção do problema, dos objetivos e das hipóteses construídas, assim como dos conceitos que foram mobilizados durante esse processo. Foi escolhido o modo “Postagens da página” combinado à opção de trazer informações dos comentários (número de curtidas e respostas) dos usuários nas publicações a partir da opção “Post da página e usuários”. Em suma, foram coletadas e

---

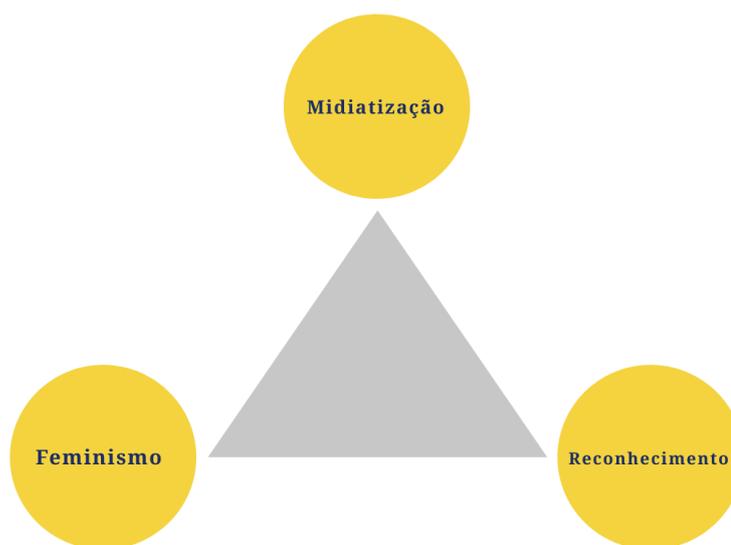
<sup>17</sup> As reações incluem o “curtir”, “haha”, “uau”, “triste” e “grr”.

analisadas publicações da página juntamente com os comentários dessas postagens, os quais nos permitiram observar as interações ali presentes. Todas as publicações aqui apresentadas foram compartilhadas pelas moderadoras de conteúdo em modo público no *feed* da página *Não Me Kahlo*.

A partir dos resultados da coleta foram criadas as categorias dos conteúdos das publicações. Observou-se que mesmo se tratando de uma página que traz a proposta de apresentar conteúdo feminista e voltada principalmente para mulheres, as publicações trazem temas diversos dentro de um espectro político em relação ao qual a página abertamente se posiciona. Sendo assim, antes de chegar ao tema do feminismo é preciso percorrer os outros caminhos apresentados pela página, e que nos levam a pensar o tema do reconhecimento também como *Reconhecimento enquanto posicionamento político e visão de mundo compartilhada*. Essa categorização surge como estratégia metodológica para identificar formas pelas quais o reconhecimento se expressa, assim como o não reconhecimento. No que diz respeito ao tema pertinente da página e que de fato gera maior engajamento, como os resultados indicarão a seguir, identificamos o *Reconhecimento pela luta feminista*. Tal perspectiva apresenta, ainda, diferenças nas postagens dos conteúdos. Nas duas categorias há concordância e discordância dos usuários nos comentários, mas de forma majoritária, e não surpreendente, o comportamento dos usuários é favorável ao conteúdo apresentado nas publicações:

Facebook, Twitter e Instagram são fundamentalmente sites de redes sociais. Isso quer dizer que o fluxo da comunicação entre suas entidades se dá de ponto a ponto. Sempre que curtimos uma página, criamos um laço na rede social, um canal para receber informações. Isso se torna evidente quando olhamos a arquitetura dos dados da documentação do Facebook. Cada objeto, seja uma página, um grupo ou um usuário, é descrito como um nó, e as ações (curtidas, comentários e compartilhamentos) são suas arestas. O próprio ambiente de circulação de informações é nomeado *Social Graph*, isto é, o grafo de articulações entre as diversas entidades que compõem a plataforma (ALVES, 2016, p. 77).

**Figura 2 - Esquema teórico analítico**



Fonte: Elaboração da autora

No que se refere aos números das publicações, nem sempre elas apresentam um “equilíbrio” de engajamento nas funções do Facebook. A coleta demonstra que há postagens com poucos comentários, mas bastante curtidas e reações, assim como publicações com elevado número de compartilhamentos e poucos comentários, entre outras variações. Há, ainda, publicações que convocam uma maior interação entre os usuários, como será visto posteriormente.

Para Recuero (2014), as conversações em rede têm características e especificidades em si. São transformadas a partir desses meios e dos atores envolvidos, tendo o dinamismo como característica. Operam a partir das práticas, das necessidades de quem interage e da própria arquitetura oferecida nas diferentes plataformas, sendo, portanto, uma apropriação dos atores sociais. Além disso, são caracterizadas por serem “conversações coletivas, assíncronas ou síncronas, públicas e capaz de envolver uma grande quantidade de pessoas” (p. 123):

São essas conversas públicas e coletivas que hoje influenciam a cultura, constroem fenômenos e espalham informações e memes, debatem e organizam protestos, criticam e acompanham ações políticas e públicas. É nessa conversação em rede que nossa cultura está interpretada e reconstruída (RECUERO, 2014, p. 17-18).

Torna-se importante também lembrar do conceito de contexto que envolve uma conversa. O modo como as pessoas organizam suas falas em sequências durante uma conversa, e como elas fazem isso, representa uma ordem sequencial que não é imposta por nenhuma autoridade externa, mas produzida *in situ*, *in vivo*, pelos próprios interlocutores (WATSON; GASTALDO, 2015). Para os autores, Análise da Conversa significa análise do senso comum (p. 43) e conversa é fala em interação, em que a fala é ajustada de acordo com a situação. Ainda,

os participantes constroem um design de sua fala para o outro, ou seja, adaptam suas falas às identidades particulares dos coparticipantes da interação (p. 101).

Ao reavaliar o vínculo entre o conflito social na vida cotidiana e as instituições políticas, a abordagem teórica do reconhecimento ajuda a observar o potencial crítico de discussão e a disposição dos cidadãos em deliberar na vida cotidiana (MAIA, 2014, p. 112).

A primeira tabela refere-se à análise decrescente de publicações relativas ao engajamento. Já a segunda, também analisada em ordem decrescente, mas medida em relação ao número de comentários nas publicações, nos traz outras perspectivas ainda que sutis em relação à tabela anterior. A maioria das publicações (cada categoria da tabela corresponde a uma publicação), em ambas as tabelas, são as mesmas, mudando apenas a ordem em que aparecem. No entanto, a segunda tabela apresentou novas publicações referente às categorias de *Feminismo informação* e *Violência contra mulher* (duas a mais em cada uma delas). Desse modo, também a outra categoria de feminismo, o *Feminismo deboche*, também se apresenta com maior número de comentários (ainda que com mesmo número de publicações) se comparada às outras categorias gerais. Isso nos ajuda a fundamentar o conceito de reconhecimento tão amplamente aqui trazido, afinal, observamos que essa disposição nos indica que a participação de usuárias é maior no tema do feminismo e do qual a página abertamente se propõe a apresentar.

**TABELA 2 - Postagens com maior engajamento no período analisado**

<b>Categoria</b>	<b>Engajamento</b>	<b>Curtidas</b>	<b>Comentários</b>	<b>Reações</b>	<b>Compartilhamento</b>
Violência	7214	1931	321	2628	4265
Feminismo deboche	5781	1833	574	4681	526
Feminismo deboche	4502	2244	58	2972	1472
Violência	3861	820	27	3047	787
Política no Brasil	3407	1850	173	2115	1119
Informação/ educação	3255	839	72	1396	1787
Feminismo deboche	3021	1048	126	2856	39

Violência contra a mulher	2807	352	98	1503	1206
Política no Brasil	2657	1111	153	1847	657
Marielle	1994	609	64	1076	854
Feminismo deboche	1888	275	679	1022	187
Marielle	1760	1013	65	1203	492
Entretenimento	1641	840	147	1122	372
Feminismo deboche	1570	768	50	1248	272
Informação/educação	1410	832	7	968	435
Política no Brasil	1203	843	34	1003	166
Feminismo informação	1156	570	251	738	167
Violência contra a mulher	1101	504	250	623	228

Elaboração: Autora

**TABELA 3 - Postagens com mais comentários no período analisado**

<b>Categoria</b>	<b>Engajamento</b>	<b>Curtidas</b>	<b>Comentários</b>	<b>Reações</b>	<b>Compartilhamento</b>
Feminismo deboche	1888	275	679	1022	187
Feminismo deboche	5781	1833	574	4681	526
Violência	7214	1931	321	2628	4265
Feminismo informação	1156	570	251	738	167
Violência	1101	504	250	623	228

contra a mulher					
Política no Brasil	3407	1850	173	2115	1119
Política no Brasil	2657	1111	153	1847	657
Entretenimento	1641	840	147	1122	372
Violência contra a mulher	712	263	135	503	74
Feminismo deboche	3021	1048	126	2856	39
Feminismo informação	437	214	102	296	39
Violência contra a mulher	2807	352	98	1503	1206
Feminismo informação	255	143	76	157	22
Divulgação	267	139	74	175	18
Informação/educação	3255	839	72	1396	1787
Marielle	1760	1013	65	1203	492
Marielle	1994	609	64	1076	854
Feminismo deboche	4502	2244	58	2972	1472
Feminismo deboche	272	768	50	1248	272

Elaboração: Autora

### 3.2 Reconhecimento enquanto posicionamento político e visão de mundo compartilhada

Sendo uma página de cunho feminista, observa-se que os conteúdos apresentam um tipo de posicionamento voltado também a temas como política, educação, distribuição de renda e casos específicos de violência. Não surpreende que a página seja abertamente de esquerda e

que os seguidores dela também o sejam. A análise nos permitiu lembrar como o reconhecimento não se expressa só por lutas propriamente ditas. Honneth (2013) inclusive considera que o solo mais fértil para formação de grupos acontece na camada da autoestima.

Através da via indireta da demonstração dos desvios negativos, eu queria fundamentar, uma vez mais, a tese que estava no centro de minha exposição: o eu busca o nós da vida comum em grupo, porque, mesmo depois de amadurecido, ele ainda depende de formas de reconhecimento social que possuam o denso caráter da motivação direta e da confirmação. Ele não pode manter nem o autorrespeito nem a autoestima, sem a experiência de apoio que se faz através da prática de valores compartilhados no grupo. Por conseguinte, o grupo, longe de representar uma ameaça para a identidade pessoal, é, nas palavras de Adorno, uma fonte da humanidade (HONNETH, 2013, p. 77).

Maia (2014) procura entender como as tecnologias penetram nos hábitos cotidianos. A autora identifica como as mídias vêm se tornando em sites de autoexpressão de maneira que mudam as condições para construção de identidade (p. 104). A autora observa como a construção da identidade ocorre em vários níveis de comunicação, como os linguísticos, discursivos e visuais (p. 104). O Facebook também facilita, embora em menor grau, as relações com pessoas desconhecidas para o usuário, mas que compartilham alguma conexão em uma rede de amigos em comum. Os indivíduos no Facebook tendem a adotar um comportamento privado, em um sentido pessoal-íntimo. Comentários compartilhados publicamente no Facebook sinalizam o vínculo de um indivíduo com seu grupo privado e a demonstração pública de afeto indica um conjunto de escolhas privadas feitas por cada indivíduo (MAIA, p. 166, 2014). Tal característica levou Patrick O’Sullivan (2005) a rotular as postagens nesta plataforma de "comunicação pessoal em massa".

### 3. 2. 1 Violência

O tema da violência apresenta-se envolvendo casos com crianças, violência policial e questões a respeito da orientação sexual, apresentado, portanto, um engajamento elevado. Nos comentários observa-se uma certa divergência de opiniões em algumas publicações e expressão de revolta, como é o caso da publicação com o título “*Conservadores têm associado assassinato da criança a movimentos sociais, o que não avança o combate à violência infantil*”. A reportagem compartilhada<sup>18</sup> refere-se ao assassinato de uma criança torturada e mutilada, em que a mãe teria confessado o crime com ajuda da companheira. O caso trouxe grande indignação pela crueldade e por tratar-se de um filicídio. Há na postagem um debate sobre radicais conservadores associando um crime com feminismo e comunidade LGBTQIA+.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.naomekahlo.com/caso-rhuan-e-a-irresponsabilidade-de-usar-uma-tragedia-para-justificar-odio-a-minorias/>. Acesso em 6 jan. 2020.

Não há dúvidas que os comentários<sup>19</sup> concordam que a associação do crime é uma desculpa dos grupos conservadores para praticar homofobia e que as envolvidas no crime sejam criminosas, independente da orientação sexual:

*“Imaginem so a manchete ‘Homem e mulher heterossexuais planejaram o crime para assassinar criança de 5 anos jogando a pequena isabela nardoni do 6 andar’ Imagina que loco e sem noçao seria essa materia”*

*“São duas psicopatas! Não faz diferença se elas são lésbicas ou não. Até porque se for pegar a estatística da coisa, a maioria dos crimes hediondos foi cometida por heterossexuais. Muito raso e ignorante este raciocínio!”*

*“Quantos homicídios pessoas heteronormativas cometem todos os dias e isso não é associado ao fato de serem o que são? Porra que gente ignorante. As mulheres envolvidas nesse caso em especial tinham problemas de outra ordem, que não cabe a mim julgar, o que eu sinto muito é pela criança que está sendo usada mesmo depois de tudo, como argumento justificador de uma política nojenta!”*

*“Elas cometeram um crime absurdo, hediondo e tem que pagar por isso. Que fiquem presas o máximo de tempo que for permitido. Agora pensem se fôssemos associar a sexualidade a todos os crimes bárbaros que acontecem no Brasil e no mundo? Quem teria mais a responder? Essa associação é apenas mais uma característica de homofobia.”*

Já a postagem envolvendo o caso do menino Kauan, 12 anos e morto a tiros pela PM, foi compartilhada por meio da página *Levante Negro*<sup>20</sup>. O caso e a postagem levantam o tema da violência policial nas comunidades. Nas interações, há críticas ao discurso simplista proferido pela direita de que “inocentes não morrem” e daqueles que ficam chocados pela crueldade do crime. No entanto, contrariando o posicionamento da página, há opiniões que apoiam e são compreensivas com o comportamento da PM, até mesmo supondo que o menino não seria inocente, já que foi alvejado<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Todos os comentários foram reproduzidos aqui tais como eles aparecem nas publicações.

<sup>20</sup> Disponível em < <https://www.facebook.com/LevanteNegro/> >. Acesso em 16 jun. 2020.

<sup>21</sup> Disponível em < <https://extra.globo.com/casos-de-policia/menino-de-12-anos-morre-apos-ser-baleado-durante-operacao-da-pm-na-chatuba-23530128.html> >. Acesso em 16 jun. 2020.

### Figura 3 - Violência



Fonte: Facebook.

*“O discurso da direita é o seguinte: só tem medo de polícia quem é bandido. Mediante a essa situação onde a criança não correu pq o mesmo sabia que não tinha nada a temer, foi atingido e morto”.*

*“Pq correu? Se vc não deve não precisa correr...eles dizem...”*

*“Mais um ‘caso isolado’□”*

*“Esse preconceito assassino tem de acabar! quantas mães e famílias choram os seus meninos? Muito triste...”*

*“Tô esperando as pessoas vim postando menores com fuzis, cantando proibidão. Os doentes vim falando que ‘era menor mas deveria estar portando...’ - ‘Depois matam é dizem que era estudante...’”*

*“Me deu um nó na garganta.... E lágrimas caem. Pra que tanta maldade e tanta discriminação?”*

*“Nossa, como a policia é má... isso acontece todo o dia aqui, a policia chega a mata de graça... nem saio mais de casa...um absurdo... era kauan de que?”*

*“Tem uma bolsominion no meu face defendendo a polícia. Dizendo onde estavam os pais, pq ele tava na rua sozinho, veio falar até sobre vestimenta. Fico chocada com a falta de humanidade desse povo”*

*“Toda história tem dois lados”*

Como as configurações públicas no Facebook também podem ser vistas pela rede de amigos, sugere que os participantes desejam ser reconhecidos como alguém que condena a discriminação. Ainda assim, como uma “pessoa pública” no Facebook - que projeta um eu socialmente desejável e descontente com a discriminação - assume uma posição em relação aos outros diante de inúmeras questões controversas em cada luta específica (MAIA, 2014).

#### **4. 2. 2 Política no Brasil**

A categoria *Política no Brasil* refere-se principalmente ao governo de Jair Bolsonaro, que, no período da coleta dos dados, estava em seus primeiros meses. As publicações envolvem escândalos na política, assim como a questão da desigualdade social no país. Os comentários dos usuários apresentam também posicionamentos políticos diferentes dos da página. Há também uma maior presença de perfis masculinos nessa categoria. A publicação com título *“Desde quando temos dois países dentro do Brasil? Olha, desde sempre”* traz especificamente o tema da desigualdade social por meio de uma famosa imagem. Junto da imagem há um *tweet* da apresentadora Ana Hickmann apontando que não haveria dois países dentro do Brasil e que, portanto, não faria sentido ser contra o presidente Bolsonaro.

## Figura 4 - Política no Brasil



Fonte: Facebook.

*“É tanta falta de noção de realidade que quase me dá dó. Mas não dá”*

*“Sou francesa e essa imagem estava no meu livro de geografia quando estava no colégio, no capítulo sobre as desigualdades no planeta, a mais de 10 anos... e poucas coisas mudaram :/”*

*“Já pensou que louco seria o proletariado ter consciência de classe”*

*“Quando o meme já vem pronto”*

*“Esperar que ela saiba o que acontece fora da bolha dela??Me surpreenderia se ela fosse #elenao!!”*

*“Desde o início!”*

A próxima publicação apresenta o vídeo da líder e ativista indígena Sônia Guajajara e da senadora Soraya Thronicke, do PSL/MS (Partido Social Liberal), discutindo a respeito do tema da demarcação de terras. O vídeo contém efeitos especiais enfatizando a “porrada” e a “aula” dada pela ativista sobre a senadora. Com um pouco de humor, a publicação traz o tema da demarcação das terras indígenas no Brasil, além de apontar para o desconhecimento da senadora sobre importantes conceitos sociológicos e antropológicos apresentados por Sônia.

## Figura 5 - Política no Brasil



Fonte: Facebook.

*“Direitos não se pede de joelhos, exige-se de pé!” (Dom Tomás Balduino). Povos indígenas muito bem representados por Sônia Bone Guajajara. Avante, sempre!”*

*“Uma prova viva de que sabedoria não vem com diploma!”*

*“gente, essa sonia é maravilhosa!”*

*“Esse PSL é recheado de □□”*

*“Pense numa pessoa pra falar a verdade nua e crua, sobre esse capitalismo da agronegocio. Falou toda a verdade”*

*“Não tem nem comparação da articulação de fala das duas. A diferença de quem defende com propriedade de causa e da senadora que é uma marionete do agro negócio. Terra indígena é a reserva mais necessária para sustentabilidade da humanidade”*

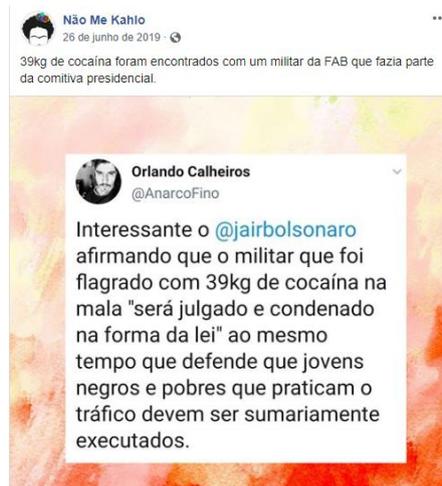
*“Na cara não pra não estragar o enterro. Que festival de voadoras , 5 minutos de pancadaria. □□”*

*"Parabéns Sônia é mais culta que muitos que se dizem ministros"*

*"Que aula!!!! Essa bancada do psl não cansa de passar vergonha □□"*

Já na publicação em relação à matéria sobre os 39 kg cocaína encontrados na mala de um militar da FAB, há comentários com opiniões divergentes, os comentários contra o governo mencionam a desigualdade no país no que se refere a impunidade dos políticos. Nos comentários que apoiam o governo Bolsonaro há quem defenda que é o melhor presidente dos últimos anos e também quem deseja que o mesmo seja reeleito.

### Figura 6 - Política no Brasil



Fonte: Facebook.

*“Em 2015 um brasileiro foi preso por entrar na Indonésia com 13 kg de cocaína !!! O então Parlamentar Bolsonaro parabenizou o fuzilamento e mandou cartas de agradecimentos. O que dirá agora ?? Passará pano como fez com os responsáveis por 80 tiros em um pai de família?□□□□□□”*

*“Saudade do tempo que a comitiva presidencial transportava apenas cachaça □□□□□□□□”*

*“O quilo de cocaína na Europa chega a valer 300mil dólares... 11milhões e 700 mil dólares... Ou 45 milhões de reais. Melhor que vender abacates pra Argentina né”*

*“Dois pesos, duas medidas...”*

*“Vários pesos e várias medidas...”*

*“#ForaBolsonaro”*

*“Bolsonaro 2020 2030 2040”*

*“Mande a reportagem, onde o presidente falou, escreveu?”*

*“O choro continua LIVRE e o mimimimimi também!”*

*“Quero ver como o Lula vai explicar esses 39kg de cocaína no avião do Bolsonaro”*

*“O suboficial Silva Rodrigues pode ser condenado a no máximo cinco anos de prisão pelo crime, caso seja julgado conforme o Código Penal Militar. A pena aplicada a civis para o mesmo crime pode chegar a 15 anos de reclusão’ □□□”*

*“Igualdade no Brasil, palavra só no dicionário Aurélio!”*

*“Jovens negros que portam fuzis e atiram na polícia, sensacionalismo não, por favor”*

*“Não é a primeira vez... JÁ houve casos nos governos anteriores...”*

*“O Bolsonaro nunca falou em matar sumariamente, isto é papo da esquerda.”*

*“Gente, sou só eu que adoro quando o ‘cidadão de bem’ começa a se enforcar com a própria corda?”*

*“Com os rigores da Lei Espanhola. Esse não volta tão cedo”*

*“Bolsonaro 2022 na cabeça, o melhor PRESIDENTE dos últimos 34 anos”*

*“Só não enxerga quem nao quer, a verdade está aí estampada na cara”*

*“#euapoiobolsonaro”*

*“Alguém não leu a reportagem”*

*“Só não enxerga quem nao quer, a verdade está aí estampada na cara”*

“Onde está essa parte do ‘sumariamente executados?’”

“Chega de mentiras idiotas”

"Um sistema podre e corrupto...sujo até o talo."

### 3. 2. 3 Marielle

A morte da vereadora Marielle Franco foi tema bastante recorrente na página, que, no período da coleta, aproximava-se de um ano de seu assassinato. Nessa categoria houve comentários contrários ao posicionamento da página, chamando de frescura a repercussão que o crime gerou no país, associando como oportunismo, por exemplo. Sobretudo na postagem de título “*Já sabemos quem apertou o gatilho, mas ainda precisamos saber: quem mandou matar Marielle?*”. Observa-se que na referida publicação os comentários acompanham textos maiores, em que os usuários expõem suas opiniões sobre o crime.

Figura 7 - Marielle





Fonte: Facebook.

*“A única certeza q tenho é que não fui eu. Mas uma coisa é certa: eleições 2020/2022: novos candidatos a concorrer: a esposa, o pai, a mãe e irmã de Marielle. Podem aguardar. Quem aposta?”*

*“Descurtindo a página!!!!□□□□”*

*“Quanto frescura em torno desse crime, até parece que Marielle é a figura mais importante do mundo, só porque ela reúne as minorias: negra, pobre, homossexual e mulher; grande besteira. Em Igarassu-Pernambuco, em maio do ano passado, logo depois desse crime, assassinaram um também vereador - Luiz dos Passos, e ninguém da imprensa falou, nem procuraram saber quem mandou matá-lo; até hoje ninguém sabe quem foi. Era também um político muito atuante e que já estava no quarto mandato, mas ninguém se interessou pelo caso, a não ser a própria família. Pergunto: qual a diferença entre os dois casos? Só porque ele era do Nordeste, hétero e branco? Marielle agora é uma mártir. Grande mi mi mi é exagerada FRESCURA”*

*“Não sabemos quem apertou o gatilho. Os presos são suspeitos. Vamos repetir o erro do STF, de ignorar a presunção de inocência?”*

*“É melhor Jair se acostumando, não vão descobrir...”*

*“Máriele vive... Enchendo o saco até depois de morta”*

*“O Brasil tá acabando, o governo é uma quadrilha de assassinos e o povo bate palma. Eu queria é não ter que lidar com essa merda”*

*“Da mesma maneira que precisamos saber quem mandou matar bolsonaro e tb outras pessoas barbaramente assassinadas no RJ. Né hipocrisia. Nojo !”*

Já na publicação de título *“Governador do Rio hoje em coletiva de imprensa falando do ‘crime bárbaro’ que foi a execução de Marielle. Hipocrisia define. NOJO”* há comentários narrando a série de coincidências a respeito do crime da morte de Marielle envolvendo milicianos e o presidente Bolsonaro, ou seja, em concordância com o posicionamento da página, assim como de alguns comentários a favor do governo. No entanto, nessa publicação os comentários são mais curtos e a maioria está de acordo com o posicionamento da publicação. As duas publicações sobre o crime da morte de Marielle foram postadas no mesmo dia no *feed* da página.

**Figura 8 - Marielle**



Fonte: Facebook.

*“Numa cidade de 6,32 milhões de habitantes o cara mora no mesmo condomínio que o Jair Bolsonaro . QUE COINCIDÊNCIA ABSURDA”*

*“Não nos esqueceremos dessa imagem”*

*“Quem mandou matar Bolsonaro e Marielle, Anderson , Celso Daniel, Toninho PT, PC Farias e sua namorada”*

*“Ridículo”*

*“Imbecis, escrotos!”*

*“Nojo”*

*“Canalha!”*

*“Hipocrisia define!!!!”*

*“Eis aí um homem desprezível!”*

*“Mas estava demorando para os psicopatas atribuírem o assassinato de Marielle ao presidente! Psicopatas em grau muito elevado! Vão se tratar pra não pararem num hospício □□□□□”*

No que se refere à teoria do reconhecimento e aos estudos de comunicação, Maia (2014) acompanha pesquisadores que veem a representação na mídia como parte de um discurso político no vasto domínio da luta social. A autora defende que visualizar as representações da mídia, como parte de discursos políticos em um meio social, é importante para uma abordagem teórica de reconhecimento (MAIA, p. 31, 2014). A autora também enfatiza que a representação e os discursos baseados na mídia são não apenas uma prática seletiva de criação de significado em uma direção, mas eles também são constituídos e transformados por agentes de grupos rivais. As características da representação simbólica são constituídas através de um processo político, dentro de conflitos e ação coletiva (Idem, p. 45).

### **3. 2. 4 Informação/Educação**

Nesta categoria o compartilhamento é maior que a interação entre os usuários, com uma perspectiva de “disseminação da informação”. Na publicação em que há um vídeo de Paulo Freire falando sobre seu desejo de ver o Brasil repleto de marchas, no sentido de ver a população lutando por seus direitos, há uma certa divergência de opiniões, incluindo comentários que expressam nojo e o chamando de imbecil. No entanto, a maior parte dos comentários está em concordância com o que é dito no vídeo.

### Figura 9 - Informação/Educação



Fonte: Facebook.

*“Grande Mestre! A Educação Popular hj esteve nas ruas, exigindo o que é dela por direito. Educação não é gasto, é investimento!”*

*“Coisa mais linda. Que pessoa inspiradora. É o cara”*

*“❤eu amo um homem”*

*“M E S T R E !!”*

*“Quão maravilhoso e poder escutar uma pessoa culta falando só coisas do bem ☐”*

*“Graças este imbecil morreu que capeta o tenho nem lugar onde ele possa marchar pra eternidade ...e que ele leva com sigo seus seguidores...”*

*“Nunca ouvi tanta merda, em um vídeo só!!!!”*

Na outra publicação da categoria, o conteúdo compartilha uma visão de mundo em que se critica ideias vindas à tona nos últimos anos e reforçadas nas campanhas de eleição de Bolsonaro, como o suposto ensino de ideologia de gênero nas escolas. Em geral, os comentários dessa publicação estão em concordância com o conteúdo da charge, que ironiza o que alguns setores conservadores afirmam a respeito de tal tema.

Maia (2014, p. 43) também identifica que pesquisadores estão preocupados que a representação da mídia de massa pode se tornar um recurso importante para as pessoas e grupos, uma vez que pode "moldar" perspectivas culturais. Mesmo que muitos estudiosos não usem a teoria do reconhecimento como estrutura analítica, eles constantemente colocam questões que podem ser interpretadas em termos de lutas por reconhecimento:

O enfraquecimento da autoestima em virtude do desprestígio e isolamento social, por fim, acaba por minar projetos de autorrealização futuros. A saída desse círculo vicioso exige mais uma vez a luta social, entendida aqui não como luta por direitos (uma vez que não se limita à tolerância ou inclusão formal), mas como uma luta pela transformação dos valores hegemônicos que permeiam a autocompreensão cultural de uma sociedade (SILVA, 2017, p. 327).

As dimensões do reconhecimento fazem jus à teoria de Honneth no sentido de que as reivindicações que os grupos demandam o reconhecimento se caracterizam por serem um processo intersubjetivo de luta.

**Figura 10 - Informação/Educação**



Fonte: Facebook.

*“Você poderia trocar o ‘como acham que é’ por ‘como os políticos sem propostas reais criam factoides que manipulam a opinião pública para forçarem os setores menos esclarecidos da sociedade a achar que é e assim conseguirem votos fáceis’”*

*“‘O que é Golden shower?’” No quadro □□□□”*

Maia (2014, p. 111) também nos lembra que muitas evidências de suas pesquisas (experimentos baseados em fóruns online nos parlamentos, consultas públicas e sites de organizações da sociedade civil) revelam que os debates online são altamente antagônicos, juntamente com declarações de opinião diretas, sem muito interesse em uma discussão mais

aprofundada. Embora a natureza das respostas dos outros seja crucial e determine a estrutura da subjetividade, em vez de considerar exclusivamente os indivíduos desamparados diante de experiências de desrespeito, talvez seja mais convincente ver a luta pelo reconhecimento como uma atividade contínua, que ocorre tanto nos campos das experiências de respeito e quanto nos de desrespeito (MAIA, p. 151, 2014).

### 3. 2. 5 Entretenimento

O entretenimento refere-se ao jogo da seleção brasileira na Copa do Mundo feminina, não sendo, portanto, um tipo de entretenimento qualquer. A publicação traz o convite para que as usuárias marquem amigas na postagem. E, de fato, o nome de muitas mulheres foi marcado nos comentários da publicação.

**Figura 11 - Entretenimento**



Fonte: Facebook.

### 3. 2. 6 Divulgação

A publicação dessa categoria trata de um convite das moderadoras para que usuárias possam publicar seus trabalhos, algum texto ou matéria referente aos temas que a página traz. Como explica o texto da postagem: “O #blognãomekahlo sempre foi um espaço de construção coletiva. A ideia é que possa servir como plataforma para que VOCÊS tenham um espaço para se expressarem. A gente fornece o espaço, a divulgação, mas o palco é todo seu! Tem algum texto sobre feminismo? Maternidade? Racismo? Política? Sexualidade? Quer transformar algum trabalho de faculdade em um artigo para nosso blog? Quer fazer a resenha de algum livro incrível?”. A maioria dos comentários foi de usuárias marcando outras mulheres na publicação.

Os desdobramentos conferidos nesse eixo de análise revelam debates e embates na página que trazem sentido ao período político no qual o país estava passando, como a intensa polarização política, por exemplo. De modo que as publicações não são neutras e acabam se apresentando para outros grupos, o uso frequente do Facebook na propagação desses temas mostram planos distintos da página mas que se referem mutuamente assim como também indica o próximo eixo aqui apresentado.

### 3.3 Reconhecimento pela luta feminista

A categoria de reconhecimento, nesta pesquisa, encontrou diferentes recortes. O tema do reconhecimento pela luta feminista apareceu mais vezes se analisado pelo número de postagens com mais comentários, o que supõe uma maior interação entre as usuárias da rede na página. O número de curtidas nos comentários, que será indicado em algumas publicações da categoria, é menor conforme se distancia da data de postagem das publicações.

Em seus estudos, Maia (2014) argumenta que a teoria de Honneth abre caminhos promissores para explorar o papel da emoção na política, particularmente quando questões sobre injustiça estão em jogo. A construção de “uma semântica compartilhada” de identidade, individual e coletivamente, está relacionada a emoções e interpretações conflitantes de necessidades, direitos e conquistas sociais. A autora e seus colaboradores investigam como “sentimentos de injustiça” são uma fonte importante para a inteligibilidade da injustiça (MAIA, 2014, p. 129). Nesse sentido, as mulheres se apresentam como grupos que expressam demandas intersubjetivas que se conjecturam em lutas por reconhecimento.

#### 3.3.1 Violência contra a mulher

A publicação de título “*Inaugurando a coluna #ProntoFalei, a advogada e integrante do Não Me Kahlo, Bruna Rangel, fala sobre a recente acusação envolvendo o Neymar*”<sup>22</sup> trata da suspeita de estupro envolvendo o jogador Neymar. A publicação, no caso, traz uma reportagem feita pelas próprias produtoras de conteúdo da página. Observa-se que na interação os comentários têm formato de texto maior em que se analisam as questões jurídicas envolvendo o caso e também breves relatos das usuárias sobre o assunto. Nos comentários a presença de perfis femininos é majoritária. Importante lembrar que o caso, na época, teve grande repercussão nas redes sociais e nas outras mídias.

---

<sup>22</sup> Disponível em: <[https://naomekahlo.com/um-pitaco-sobre-o-caso-do-neymar/?fbclid=IwAR1GXjs8s5UfNkxOqBdVH8eRyMVGGLB9sfForKZVYRMof2JG\\_39cUuSChfY](https://naomekahlo.com/um-pitaco-sobre-o-caso-do-neymar/?fbclid=IwAR1GXjs8s5UfNkxOqBdVH8eRyMVGGLB9sfForKZVYRMof2JG_39cUuSChfY)>. Acesso em 24 jun. 2020.

*“Até que enfim, uma reportagem lúcida sobre este caso... Meu TCC é sobre o abuso sexual (no caso, trato especificamente sobre abuso infantil, mas acabo pesquisando casos de estupro de mulheres adultas) e concordo com o trecho que diz sobre o comportamento da mulher vítima de estupro que pode, num momento de confusão ou negação, ainda manter contato com o abusador. Vale salientar que, no caso da menina em questão, ela estava às custas dele, num país estranho, sem uma rede de apoio que pudesse dar segurança... Neste ínterim, podemos até pensar em atitude de autopreservação. Quem, em sã consciência, enfrentaria um homem influente como o Neymar, longe de casa, sozinha e perto das garras do seu abusador? Bem, é apenas uma hipótese, não é uma afirmação de que ele é culpado, mas é preciso ir além do óbvio numa discussão como essa. Estão de parabéns pelo texto!”*

*“Não é um artigo, nem uma coluna, apenas um texto. Não tem apuração de fatos, o que é mais irresponsável por parte da página ao falar sobre o caso sem ter entrado em contato com as partes. A autora critica o julgamento público do caso e ao mesmo tempo sustenta seus argumentos em suposições. Não pode reclamar credibilidade”*

*“Penso assim, a gente conhece alguém nos apps da vida, se interessa, troca mensagens, conversas picantes, fotos, até nudes( somos adultos), enfim, marcamos um encontro, hotel/motel, o que rolar, a gente nunca se viu, nunca nos tocamos, o tesão é forte, chega a hora da intimidade, de repente o cara perde a vontade, talvez não tenha gostado do nosso cheio, do nosso modo agressivo, ou passivo, daquela pinta na nossa barriga, sei lá, o tesão acaba antes do ato, ele diz que não tá mais afim, ficamos frustradas, já estávamos ali, nus, mas fazer o que? Pra mulher, mesmo com tesão, não é NÃO, certo!”*

*“1- laudo de um médico particular 2- muito fácil criar hematomas 3- estuprada dia 15, quis replay dia 16. 4- Chantagista reincidente. Ok! Próximo!”*

*“pela primeira vez me vi duvidando da mulher em uma situação dessa , justamente por ela querer ter relação com ele no dia seguinte , lendo esse texto agora me fez refletir sobre como cada vítima se comporta , porém essa história tá muito estranha”*

*“Mano, independente da mina mandar nude, independente de flerte, independente de estar no msm quarto que vc com (a princípio) o mesmo objetivo Não é não, as vezes ela se*

*sente desconfortável de última hora e o Neymar precisava ter respeitado, agora tomara que seja preso!”*

A seguinte publicação refere-se à agressão a uma mulher contrária ao governo Bolsonaro que atravessou a Avenida Paulista em meio a uma manifestação pró governo. Nos comentários há presença de perfis femininos e masculinos manifestando concordância e discordância a respeito do conteúdo da publicação. A publicação é um compartilhamento feito por meio da página *Jornalistas Livres*<sup>23</sup>.

**Figura 12 - Violência contra mulher**



Fonte: Facebook.

*“Não entendo o que pessoas que criticam a moça estão fazendo nessa página. Descompassados e dissonantes”*

*“Um bando de lixo, recalçados, defendendo esse bolsolixo. Merdas se atraem”*

*“Idiotas safados esquizofrênicos, desequilibrados, igual o idiota que eles elegeram.....etc.....”*

*“Jornalistas??? Para mim uns babacas. A mulher estava com um objeto nas mãos para furar alguém. Parabéns a esses senhores que detectam ela”*

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/identificados-dois-dos-tres-covardes-que-agrediram-mulher-em-ato-pro-bolsonaro/>>. Acesso em 22 jun. 2020.

*“Idiota é que posta uma merda dessas, a mulher com objeto pontiagudo querendo estocar na barriga do cidadão, aí não pode imobilizar a mulher pq é agressão, tropa de hipocritas, esquerdistas que só sabe ver o que querem...”*

*“Pra toda ação tem uma reação, o que ela que é da esquerda tava fazendo no meio da manifestação? quem procura acha! se alguém de Bolsonaro ir numa manifestação do pt, com certeza vai apanhar e assim, a recíproca é verdadeira”*

Na próxima postagem da categoria, a notícia refere-se a um caso de estupro envolvendo policiais; nos comentários, além da reflexão sobre a análise do crime, também há relatos de experiências pessoais de usuárias.

### Figura 13 - Violência contra a mulher



*“Uma vez voltando para casa, meu namorado me deixou na esquina de casa pq não poderia ir na porta de casa, era tarde e meu pai mataria ele rsrs, estava vindo uma viatura e ele ficou tranquilo e eu tmb, desci do carro e fui em direção a minha casa, a viatura passou por mim e começou a falar ‘Entra aki sua gostosa’ ‘Eu tô mandando, entra aki’ Cheguei no portão de casa e meu pai veio me receber, eles aceleraram o carro e foram embora....chorei muito, e nunca mais confiei na polícia”*

*“Lembrando que ela estava sendo perseguida antes e depois disso, gente, nós mulheres não temos paz nunca..muito triste :/”*

*“Caso isolado do dia. Número: 756321”*

*“Meu pai é policial, uma vez me contou a muitos anos que comentou com alguns policiais que trabalhavam com ele que seria legal ter câmeras nas viaturas, mas muitos policiais foram contra. Hoje eu entendi o motivo!”*

*“A policia sempre foi e sempre será truculenta. Enquanto não tivermos câmeras de segurança em cada farda vestida... Enquanto nosso país acreditar na palavra do policial e não do cidadão viveremos esse genocídio e violência contra majoritariamente pobres e negros. Precisamos repensar nessa estrutura das polícias”*

Como bem lembra Fraser (2006), a desvalorização originada do sexismo cultural se expressa numa variedade de danos sofridos pelas mulheres, incluindo a violência e a exploração sexual, a violência doméstica generalizada; as representações banalizantes, objetificadoras e humilhantes na mídia; o assédio e a desqualificação em todas as esferas da vida cotidiana; a sujeição às normas androcêntricas, que fazem com que as mulheres pareçam inferiores ou desviantes e que contribuem para mantê-las em desvantagem (FRASER, 2006, p. 234).

Os indivíduos que buscam reconhecimento precisam interagir e às vezes se sintonizam mutuamente com vários outros, e não apenas "o outro". As ameaças inerentes ao não reconhecimento convida as pessoas a se engajarem em raciocínio prático, durante o qual não são totalmente livres para decidir que ordem de justificativas será usada para resolver um determinado problema ou contestar um julgamento específico (MAIA, p. 137, 2014).

### **3. 3. 2 Feminismo informação**

A categoria apresenta algumas singularidades se comparada às outras: aqui, todas as publicações são matérias produzidas no blog das moderadoras de conteúdo e foram compartilhadas no *feed* da página. Observa-se, portanto, um maior compromisso na produção de conteúdo autoral voltado às questões transversais do feminismo.

Na publicação de título *“O roteiro da oitava e última temporada da história continua a associar suas protagonistas mulheres a implicações nocivas. Duas são as mais gritantes e perigosas: o seriado se ancora no estupro como artifício narrativo de empoderamento feminino e tem como padrão mostrar suas líderes como ou inaptas para política ou afetadas por uma obsessão patológica pelo poder”*, que se refere à série *Game of Thrones*, boa parte dos comentários da postagem entram em detalhes da série e discutem a representação de uma das

protagonistas<sup>24</sup>. Os comentários dividem opiniões entre aqueles que acreditam que os roteiristas estejam estragando uma personagem com estereótipos machistas e os que levam em consideração o fato de se tratar de uma série épica que simula um período medieval e que tais críticas não fariam sentido.

### Figura 14 - Feminismo informação



Fonte: Facebook.

*“Desde que surgiu, Daenerys se tornou símbolo de força feminina pra mim. Ela passou por abusos físicos e psicológicos, por fome, solidão e estupros, mas se ergueu da forma mais impressionante. Ela passa uma mensagem pra cada mulher desse mundo, algo como “você podem sobreviver a tudo e ainda reinar sobre a violência”. Essa personagem se tornou a rainha mais extraordinária, a que destruiu a cultura do estupro em seus exércitos e acabou com a escravidão por onde passou. Seu povo morre por ela! Agora os produtores estão a pintá-la como a mulher louca que precisa do namorado para frear. Meu Deus, isso me afeta como mulher de um jeito que nem sei dizer”*

*“A sua análise está corretíssima, mas deve levar em consideração a época em que a série é retratada, por mais que seja um universo temático ela se passa em uma época supostamente medieval onde absurdos aconteciam e somente a classe masculina tinha valor na sociedade”*

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://naomekahlo.com/as-implicacoes-preocupantes-da-representacao-feminina-em-game-of-thrones/>>. Acesso em 22 jun. 2020.

*“Cara, estão estragando o final da Daenerys. Estão estragando o roteiro em geral, mas o da Daenerys me dói mais pq ela sempre foi um personagem que me dava orgulho, tinha as melhores cenas”*

*“Esse último episódio foi o ápice do machismo. De A-rya a Z”*

*“É uma série cheia de mulheres fortes e a minha favorita é a Arya ♥”*

*“Cara, tem coisa bem tendenciosa nessa reflexão! Falas alteradas, personagens ignoradas... Não considero GoT um ícone feminista, na verdade tem muito que corrigir, mas a análise está forçada demais!”*

*“Transformaram uma personagem incrível em uma louca só porque ela quer se tornar rainha □”*

Ao trazer a denúncia de casos como violência contra mulher e mostrar o questionamento sobre a forma como as personagens femininas estão sendo representadas nas séries, a dimensão da estigma social revela uma característica central da injustiça de gênero: o androcentrismo, ou seja, a construção autorizada de normas que privilegiam os traços associados à masculinidade. Em sua companhia está o sexismo cultural, que implica a desqualificação generalizada das coisas codificadas como “femininas”, paradigmaticamente – mas não só –, as mulheres (FRASER, 2006, p. 234).

Contudo, o que decide sobre o desfecho dessas lutas, estabilizado apenas temporariamente, não é apenas o poder de dispor dos meios da força simbólica, específico de determinados grupos, mas também o clima, dificilmente influenciável, das atenções públicas: quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social ou, mais precisamente, a reputação de seus membros (HONNETH, 2011, p. 207-208).

Temas como o da maternidade e sexualidade também aparecem na categoria. Em grande parte há concordância com as opiniões expressas no conteúdo da matéria, e os comentários contrários ao conteúdo geralmente são de perfis masculinos. A reportagem traz o título *“MÃE TAMBÉM FODE!”*<sup>25</sup> e levanta questionamentos sobre a relação da maternidade com a sexualidade feminina.

---

<sup>25</sup> Disponível em: <<https://naomekahlo.com/mae-tambem-fode/?fbclid=IwAR3VrIN8CEzAxHWUbrwd1XiEWWqJTRvYo8UGF74BunwPB2OJfKqHEAkjIY>>. Acesso em 24 jun. 2020.

*“Sempre vinculam mães no padrão ‘Crocs e moletom’ eternos... Mãe não pode sair, não pode ser sexy nem ter tesão... Impressionante como o fato de ser mãe causa repulsa... Sou mãe de dois e sempre me criticam por eu continuar sendo exatamente a mulher que gosto de ser...”*

*“Avó tb fode...rs”*

*“Sim, todas nós! Única coisa a dizer para as meninas: nosso corpo, nossas regras - então, exijam camisinha, se o sujeito não tiver leve a sua; escolha bem, pois, nosso corpo é um templo sagrado!”*

*“Tica Elric de novo, muito obrigada por aguentar o tranco que é eu ser mãe e você amiga fodástica!! É foda demais, sem contar que só aparecem homens casados achando já que somos MÃES SOLTEIRAS, estamos encalhadas e temos passe livre para eles”*

*“Não querida... mães fazem amor... vc ta se referindo as mães solteiras!”*

É possível perceber nessa publicação a lógica de reconhecimento positivo a um grupo especificamente desvalorizado. Exige-se o descentramento das normas androcêntricas e a revalorização do gênero desprezado (FRASER, 2006), porque:

(...) as normas culturais sexistas e androcêntricas estão institucionalizadas no Estado e na economia e a desvantagem econômica das mulheres restringe a “voz” das mulheres, impedindo a participação igualitária na formação da cultura, nas esferas públicas e na vida cotidiana. O resultado é um círculo vicioso de subordinação cultural e econômica (FRASER, 2006, p. 234).

Em outra publicação, a maternidade veio acompanhada do tema do aleitamento, apresentando o questionamento de que se toda mulher pode e quer amamentar com o título *“Quando o assunto é aleitamento se torna quase uma heresia quando uma mulher diz que não quer amamentar. Pois bem, vamos conversar um pouco sobre isso”*<sup>26</sup>. Observa-se que a interação das usuárias se deu em formato de texto mais longo com, novamente, bastante presença de experiências das usuárias.

---

<sup>26</sup> Disponível em: <https://naomekahlo.com/sera-que-todas-as-mulheres-querem-amamentar/?fbclid=IwAR1VPv5HPTMWFCpbbKYmw4fSztwhpJiMvkH5EpahRq0Np2cQFzNSGBpRcEg>. Acesso em 24 jun. 2020.

*“Sou mãe de um menino de 2 anos, esperei e planejei com todo amor, sonhei com cada detalhe. Fiz parto cesárea! A amamentação nunca foi algo que passasse pela minha cabeça. Até onde pude, retirei o leite das mamas e dava na mamadeira, e quando o leite secou (após 15 dias) se adaptou perfeitamente com as fórmulas. Mas nunca senti vontade de amamentar. Meu filho é forte, saudável, extremamente inteligente. Estuda na escolinha com 2 anos, precisa de observação pela inteligência acelerada. Temos uma relação de amor puro, conexão, carinho visível e invejável, e vejo que diversas mães que amamentaram, não possuem o mesmo tipo de ligação com o filho. O se doar por alguém, é dar o melhor de si, porém sem esquecer que existe um ser humano por trás de tudo. Eu não deixei de ser mãe por nada disso, ao contrário, tenho admiração por exercer tão bem o meu papel. E o meu filho é extremamente orgulhoso da mamãe que possui”*

*“‘A mulher enquanto um sujeito é responsável por seu corpo e seu desejo’, e no bebê, alguém pensou? Existem casos de mães que não conseguem amamentar por não conseguirem produzir leite, e nesses casos a fórmula salva vidas sim! Mas optar por não amamentar simplesmente por que sim, nunca será um ato visto com bons olhos e nem deve ser! Poxa, se você planeja com tanto amor a chegada de um ser humano, tem que dar o seu melhor por essa pessoa, leite materno é o melhor alimento que você pode oferecer, temos que deixar a fórmula para as mães que não conseguem produzir leite, durante a gestação também pensava em não amamentar, mas nos últimos dias comecei a perceber o quanto era egoísta aquele pensamento, ser mãe/pai é se doar e dar o melhor de si, comecei a estudar mais sobre os benefícios da amamentação e de sua livre demanda, acho que precisamos de informações mais amigáveis com as mães sim, mas sempre visando o melhor para o bebê”*

*“Penso que se a mulher não quer amamentar não está no momento da maternidade. É vital para o bebê esse processo. Amamentar envolve muito amor, doação mesmo e precisa estar no mínimo aberta a isso antes de gerar um bebê”*

*“Quer amamentar, pode? Amamente! Não quer, não pode, não amamente. É muita gente se metendo na maternidade alheia... Os incansáveis dedos apontados... É chato demais engravidar gente. É muita companhia julgando. Querem saber??? MÃE BOA É MÃE FELIZ!”*

*“Amamentar é essencial pro bb. Fórmula sobrecarrega o fígado. Ninguém é obrigada a parir, mas se decide fazer isso, o mínimo q vc pode fazer é amamentar...”*

*“Fabiana Feitosa Amorim olhe isso não querer amamentar beleza vamos respeitar a escolha da mulher, agora vai dizer que prefere uma cesárea pra ver a demonização”*

Honneth (2003) entende que a dimensão da estima social assume um padrão que confere às formas de reconhecimento associadas a ela o caráter de relações assimétricas entre sujeitos biograficamente individuados (p. 208) e nos lembra o papel dos grupos nesse processo:

Certamente, as interpretações culturais que devem concretizar em cada caso os objetivos abstratos da sociedade no interior do mundo da vida continuam a ser determinadas pelos interesses que os grupos sociais possuem na valorização das capacidades e das propriedades representadas por eles; mas, no interior das ordens de valores efetivadas por via conflituosa, a reputação social dos sujeitos se mede pelas realizações individuais que eles apresentam socialmente no quadro de suas formas particulares de autorrealização (HONNETH, 2003, p. 208).

Não é surpreendente que, em sociedades organizadas por relações de gênero que implicam desigualdades e desvantagens, as experiências vividas pelas mulheres carregam problemas diferentes daqueles que atravessam as experiências dos homens (BIROLI, 2017, p. 189). Publicações como essas trazem a importância de se falar de temas pertinentes às mulheres, desmistificando a ideia de serem apenas aspectos de ordem pessoal, independentes de toda uma sociedade, como o tema da amamentação e sexualidade presentes nas postagens. O entendimento de que a política ocorre no espaço público e no domínio do Estado tem sido presente em boa parte das abordagens de teoria política. Muitas dinâmicas significativas de opressão que têm incidido sobre a vida das mulheres ocorrem no âmbito da vida familiar e doméstica, limitando suas possibilidades em outras esferas, como a da política institucional (definida como esfera pública). Ao mesmo tempo, os corpos das mulheres são regulados de modo que reduz sua autonomia por meio do controle da sexualidade e da reprodução (BIROLI, 2017).

Biroli (2017) argumenta que essa dualidade entre público e privado bloqueia o entendimento de que as relações de gênero atravessam todas as esferas da vida, de modo que constituem possibilidades e constroem identidades:

Mesmo quando a constituição histórica dessa dualidade é percebida como fator fundamental na redefinição das relações de poder e das instituições, a compreensão dos seus efeitos é significativamente limitada pela desconsideração da perspectiva de gênero (BIROLI, 2017, p. 194).

Maia (2014) identifica que mais explicações seriam necessárias para entender como as experiências de respeito e desrespeito são incorporadas na vida cotidiana e como é diversa a atividade prática de lutar pelo reconhecimento. Na medida em que os arranjos institucionais na sociedade possam estar atentos aos problemas em uma esfera específica, mas não em outras - por exemplo, a promoção de regras legais para garantir uma cidadania igualitária, mas negligenciando os obstáculos a esta cidadania na esfera íntima, bem como na divisão de mercado de trabalho, pois em ambas as dimensões os indivíduos enfrentam diferentes oportunidades de individualização e padrões de inclusão na sociedade. A partir de uma mistura de apegos, os indivíduos podem, assim, ganhar autoconfiança e um senso de agência em relação aos vários tipos de lutas políticas a fim de resistir a experiências duradouras de desrespeito e até mesmo responder a elas de maneira autoafirmativa (MAIA, p. 151, 2014).

### 3. 3. 3 Feminismo deboche

Por fim, a grande surpresa dos resultados da coleta se deu na categoria *Feminismo deboche*, que se refere a um tipo de expressão de conteúdo feminista em que o recurso ao humor e à ironia são utilizados. É interessante notar que a categoria é a que mais se repete na amostragem. Observaremos que a quantidade de curtidas nas respostas das publicações e a interação entre usuárias também é a maior, dado que nas outras publicações raramente um comentário ultrapassa a marca de 100 curtidas, por exemplo.

Maia (2014) apoia o argumento de que indivíduos em ambientes online podem enfatizar ou desenfatar, exagerar ou até ocultar partes deles para fazer certas reivindicações de identidade e até mesmo retratar uma versão de si mesmos ou para produzir uma certa narrativa de identidade. Ainda assim, a fronteira entre identidades online aceitáveis e inaceitáveis está associada não apenas a normas de diferentes plataformas, mas também com fatores em contextos offline (MAIA, p. 105, 2014).

A publicação com maior número de comentários da categoria trata de uma paródia da música *I will always love you*, de Whitney Houston, cantada por uma mulher envolta em luzes natalinas. Na “versão brasileira” temos um vídeo de 45 segundos dizendo “*Não vou chorar por macho nenhum*”. Os comentários não apresentam formato de texto longo e há muitas marcações de outros usuários.

“*Só eu que pensei que ela ia ser eletrocuda* □□”

“*Quero esse hit no Spotify pra já*”

*“Kkkkkkkkk! Não chora e ainda brilha ! Rsrrsrsrs”*

*“Eu não entendi nenhuma palavra q ela disse ! Alguém traduz, por favor?! Eu só fiquei com medo dela ser eletrocutada. Desculpe-me !”*

*“Andressa Peliçon e Rafaela Solé...é disso que eu to falando meninas....um hino eh um hino!!!”.*

A próxima publicação apresenta uma ironia que só é percebida para quem ler todo o texto da mensagem. Primeiramente, se supõe tratar-se de uma dica de estética destinada às mulheres no qual os homens supostamente não se interessam por ler, e, assim, servindo de tática de enfrentamento. A postagem contou com número elevado de comentários se comparado às outras, gerando, assim, uma maior interação das usuárias na página. Os comentários indicam a sequência dada pelas mulheres para a continuação da brincadeira. Muitos dos comentários das usuárias nessa publicação atingiram um número elevado de reações (“curtir”, “amei”, “uau”), assim como respostas para esses comentários. Para dar sequência à brincadeira, foram utilizadas referências às habilidades pessoais das usuárias, assim como de recomendações para ajuda e dicas de legítima defesa.

### Figura 15 - Feminismo deboche





Fonte: Facebook.

*“Já disse num outro post que eu gosto de borrifar soro fisiológico depois que a make está pronta. Reitero que em caso de prisão posso fazer o habeas corpus”.* 241 curtidas.

*“Adoro rímel que alonga os cílios fica ótimo. Acho importante também retirar a maquiagem antes de dormir para prevenir o envelhecimento precoce da pele e sou psicóloga, ofereço auxílio psicológico e psicoeducação para as mulheres que sofrem com relacionamentos abusivos. ☐☐ #umaportodastodasporuma ☐”.* 234 curtidas.

*“Eu não passo uma semana sem fazer as unhas, intercalo vermelho e nude. É sempre bom hidratar durante o dia, faz o esmalte durar mais. Nos pés uso hidratante diário. E em casa tem um quarto sobrando pra abrigar as manas, é só dar um grito!”.* 219 curtidas.

*“Não se esqueça de usar rímel de boa qualidade, para dar volume e alongar os cílios. Recomendo o aplicativo Salve Maria, daqui de Uberlândia, que serve para denunciar abusos e pedir ajuda imediata à polícia”.* 176 curtidas.

*"Façam seu próprio hidratante corporal usando produtos naturais como manteiga de karite e óleo de Coco. É só misturar num potinho de vidro e se desejar colocar umas gotas de óleo essencial com seu cheirinho preferido. Se precisarem em caso de guerra sei dirigir qualquer tipo de veículo automotor terrestre." 135 curtidas.*

*“Sou básica na make, mas com os cabelos é todo um cuidado especial desde a lavagem até a finalização com escova e chapa. Sou enfermeira posso aplicar as injeções letais e fazer os cortes precisos para esconder os cadáveres gosto do trabalho pesado □□”. 94 curtidas.*

*“Ana Rebecca Almeida pega essas dicas, como você sabe é fundamental usar um bom primer pra evitar a oleosidade mas se ela aparecer é só passar um lencinho pra apagar as digitais, sangue se limpa com cloro 2bjs”. 90 curtidas.*

*“Para acordar sem olheira indico colocar uma gaza ou algodão com chá de camomila nos olhos enquanto dorme e sim se meta em briga de marido e mulher se uma pedir socorro ajude chame polícia chama vizinhos faça um escândalo mas não se cale”. 77 curtidas.*

*“É importante lembrar de hidratar o rosto antes de se maquiar e, ao tirar a maquiagem, lavar bem para que não fiquem resíduos que agriem a pele. Durante lutas físicas, firme os calcanhares no chão e mantenha os pés distantes do agressor, evitando assim que ele te dê uma rasteira”. 77 curtidas.*

*“Um bom demaquilante ajuda muita na remoção dos resíduos da maquiagem após tirar toda a maquiagem passem um hidratante. E sempre antes de se maquiar protetor solar meninas andem em grupos e não se identifiquem”. 60 curtidas.*

*“Alexandra Paulina poderia falar mais sobre fitagem, enquanto eu digo que limpar o rosto de forma correta depois de uso de maquiagem é o ideal e lembrando que mexeu com uma mexeu com todas”. 52 curtidas.*

*“Vitória Naomi Kawabata eu gosto de lavar o rosto com um sabonete pra oleosidade e depois passar um adstringente com algodãozinho, assim os poros ficam limpinhos e a base fica mais bonita. Consigo arrumar umas bombas caseiras com amigo meu, pra ajudar na revolução”. 51 curtidas.*

*“É importante, também, escolher pincéis com tamanhos e texturas diferentes para fazer os contornos no rosto. Além da escolha do produto e da cor certa, lembre-se de quando ir à revolução ou pra qualquer outro lugar, compartilhe a corrida com alguém sempre que pegar táxi ou uber...”. 40 curtidas.*

*“Antes daquela make top não esqueça de hidratar bem a pele, para nossa proteção é obrigatório o uso de protetor solar, não esqueça que depois de curtir sua make perfeita é necessário a remoção de todos os produtos, mantendo uma pele longe da oleosidade, assim sua pele continua sempre jovial, outra dica de estar sempre linda, poderosa, é manter distância de macho escroto, pelo bem da sua pele e de sua paz. □□”. 37 curtidas.*

*“Eu li tudo graças a Deus sou viado e se precisar de ajuda para cortar os cabelos, umas dicas de maquiagem, uma sombrancelha bem feita e umas espadas do Jiraya para degolar alguns machistas, pois bicha TB é feminina e luta do lado das minas e monas, tamo junto. Beijo e usem Bob”. 30 curtidas.*

*“Tomar muita água deixa a pele mais hidratada e macia, saquinho de camomila gelado para por nas olheiras a noite 15min antes de dormir pingue muito colírio na comida do cara e espere alguns minutos para ele cagar até morrer”. 26 curtidas.*

*“Eu faço demaquilantes naturais, veganos e artesanais que são totalmente hipoalergênicos e servem para todos tipos de pele, falando nisso bora destruir o patriarcado!”. 24 curtidas.*

Na publicação também identificamos um público majoritário de mulheres nos comentários e na interação entre as usuárias; há, inclusive, oferecimento de serviços. De forma estratégica os comentários constroem uma rede de apoio às mulheres. Maquiando as armas e apropriando-se de um suposto desinteresse dos homens de imergir em universos tipicamente femininos, concebe-se um arsenal de dicas de segurança, apoio individual e coletivo. E, também, a defesa da mulher diante de uma sociedade onde ela precisa constantemente cuidar-se. O sarcasmo foi utilizado como uma arma poderosa para construção de vínculos a partir de um tema comum.

No momento em que o humor é mobilizado na forma de uma zoação, a insatisfação com a grandeza do outro é apresentada, mas sem que isso signifique um convite nem à disputa a esse respeito, nem ao enfrentamento – já que não se apresenta como uma acusação, algo agressivo (WERNECK, 2015, p. 198).

Chul Han (2018) nos informa que a comunicação digital torna possível uma descarga de afetos instantânea, sendo a mídia digital uma mídia de afetos. Ainda, os que consomem a informação na rede não o fazem apenas de forma passiva, mas também geram essas

informações ativamente. Essa tendência tornou-se mais evidente principalmente nessa categoria de análise, em que o compartilhamento de problemas em comum gerou reconhecimento entre as usuárias. Nesse sentido, observamos o papel dos meios de comunicação para se pensar intersubjetividades e processos de identificação que emergem dessas interações.

Maia (2014) defende que as lutas contemporâneas são e precisam ser mediadas. Isso levanta questões concretas não apenas sobre formas de representação e os discursos de mídia, mas também sobre questões sociais e culturais mais amplas e as interações pelas quais as pessoas interpretam os materiais de conversas diárias. Nesse sentido, os princípios do reconhecimento fornecem um horizonte normativo para identificar e desafiar formas distintas de poder e injustiças sociais a fim de possibilitar práticas emancipatórias (p. 17).

Como identifica Werneck (2015), o humor tem potencial para ser um dispositivo de sociabilidade. Expressando, assim, uma forma de reconhecimento. O autor indica que uma maneira efetiva de fazer graça é apontar o defeito. A “forma-piada” construída a partir de uma fala ou ocorrência que subverte a lógica (em uma descrição ou enunciação) ou o fluxo dos acontecimentos (narrativa), induzindo, assim, ao riso, o que leva a pensar que as lutas por reconhecimento ocorrem por meio de várias formas de interação – nesse sentido, observamos que as lutas episódicas por reconhecimento são altamente dependentes do espaço e do contexto (MAIA, 2014). A observação dessas práticas episódicas nos fornece alguma imagem das lutas pelo reconhecimento que ocorrem nas interações cotidianas que moldam e constituem nossas vidas.

No caso do Facebook, pessoas relatam experiências pessoais de desrespeito, buscando e oferecendo apoio, cuja manifestação discursiva se dá em primeira pessoa. A identificação com certos valores e visões de mundo em cada espaço desse ambiente permite que os participantes construam um senso de comunidade – o “eu”, portanto, vai se desdobrando e se afirmando como um “nós”. A consciência comum de estar do lado de um conflito em particular também pode ser interpretada como uma fonte de solidariedade para promover a ação coletiva (MAIA, p. 167, 2014).

A próxima postagem compreendida na categoria de “*Feminismo Deboche*” tem, nesse caso, um número de compartilhamentos e curtidas elevados e poucos comentários se comparado à publicação anterior. As respostas são mais curtas e há a marcação de muitos usuários masculinos. A publicação indica uma mensagem subliminar que aponta para uma suposta incapacidade do homem de se inserir em um relacionamento com uma mulher real, pois a mulher em sua totalidade não se enquadraria no ideal do homem.

**Figura 16 - Feminismo deboche**



Fonte: Facebook.

*“E como alguns tem medo haha”*

*“O mesmo para mulheres no divã □ ”*

*“É isto!!!!!!”*

*“Dá!!!! □□□□ ”*

*“Parece até você rs Euler Dutra”*

*“Eu quero a real Emilly Balieiro”*

*“Gustavo Reche vc kjkkkkk”*

*“Tô rindo mas tenho medo do homem real”*

*“Cagão!!!!”*

*“Bingo!”*

*“Sim, muito medo”*

Como identifica Berger (2017), a sátira é o uso deliberado do cômico com a finalidade de atacar. No entanto, também argumenta que a sátira pode ser educativa, sendo um resultado

do esforço do satirista para que o público venha a compreender a crítica àquilo que é atacado (p. 271). Wolton (2011) aponta que com a internet se tem a impressão de sair das instituições e das suas limitações, como se os poderes e as estruturas fossem atravessados e novas solidariedades criadas. Tem-se a sensação de que o humor e o distanciamento são utilizados com ousadia, saindo de um espaço oficial controlado, como uma espécie de contrapoder que permite a expressão e a tomada da palavra sem regulamentos nem hierarquias.

Como diria Peter Berger (2017), a experiência do cômico estaria baseada na disposição humana para jogar: “A comédia ridiculariza aqueles que se acham mais ricos, mais fortes e mais belos, ou mais inteligentes do que de fato são, e o público se diverte com essas discrepâncias” (BERGER, 2017, p. 53). Também identifica o cômico como uma arma dirigida especialmente às instituições e aos seus representantes, especialmente as políticas e religiosas, podendo ser direcionada a grupos sociais inteiros e suas culturas (p. 269).

A próxima publicação de certa forma sintetiza a repercussão de conteúdos apresentados por parte de um público masculino por meio da publicação de um comentário feito por um usuário avaliando a página. Mais uma vez, o recurso ao humor é utilizado nas respostas das usuárias.

**Figura 17 - Feminismo deboche**



Fonte: Facebook.

“\*Estou ciente e quero continuar\*”. 129 curtidas.

“Deve ser pq não estão dando motivo para falar bem, né nom? ☐”. 88 curtidas.

“VOCÊS NÃO SABEM O PRAZER... QUE É LER ISSO ☐☐☐”. 47 curtidas.

“Um <3 pra vocês que foram nos avaliar positivamente”. 32 curtidas.

“Objetivo atingido com sucesso”. 30 curtidas.

*“Gente aqui preocupada, será que ele descobriu nossos planos da revolução disfarçado de dicas de make???? Aiiiiiii que felicidadeeeeeee , que deliciaaaaaaaa, credo vou dormir feliz kkkkkkkkkk”*. 23 curtidas.

*“Acertoou Miseravi hahahahahahahahahahaha”*. 20 curtidas.

*“Que bom que nos fazemos entender”*. 20 curtidas.

*“Tá fazendo propaganda de graça”*. 14 curtidas.

*“Uhuuuu! Metas alcançadas com sucesso!”*. 13 curtidas.

*“Credo que delícia”*. 11 curtidas.

*“Não odiamos homens, odiamos machistas, misóginos, estupradores...se vc não for nada disso, tá suave”*. 9 curtidas.

*“Vamo falar mais que tá pouco”*. 5 curtidas.

*“Estou ciente e quero continuar ✓”*. 5 curtidas.

*“Nada é mais frágil que a ‘masculinidade’ de certos ‘homens’”*. 5 curtidas.

*“Critica macho escroto, se você não é um macho escroto...”*. 5 curtidas.

*“Adoro quando alcanço um objetivo, chega estremece minhas entranhas de bruxa□□□□”*. 4 curtidas.

*“Ah nossa... quase fiquei com dó...”*. 4 curtidas.

*“Esse é o objetivo meu anjo”*. 3 curtidas.

*“Você acertou, amiguinho!! Parabéns para o homem, gente, palmas!!!”*. 3 curtidas.

*“Melhor coisa que li hoje hahahahaha”*. 3 curtidas.



A próxima publicação da categoria utiliza o sarcasmo ao mesmo tempo que aponta para camadas mais estruturais da sociedade, como o patriarcado, por exemplo. Traduzida, a mensagem indica “*Hoje é um belo dia para destruir o patriarcado*”.

**Figura 18 - Feminismo deboche**



Fonte: Facebook.

O humor também pode ser entendido como forma de persuadir, mobilizar e captar atenção, sendo um facilitador na compreensão da mensagem. É, assim, um elemento importante em processos de diferenciação e identidade no sentido de trazer coesão a determinados grupos (ZEPEDA; FRANCO; PRECIADO, 2014).

No Facebook, por exemplo, apesar de se referir a um círculo de pessoas íntimas, os usuários também administram cuidadosamente estratégias de autorrepresentação e demonstrações de afeto, porque sabem que essas expressões provavelmente serão divulgadas de maneira mais ampla por outros indivíduos. Estudos mostram que fotos e comentários nos "perfis de amigos" são mais do que um perfil, pois também expressam como alguém é visto em uma rede de públicos (MAIA, p. 105, 2014).

Maia (2014) identificou que cada ambiente possui diferentes normas e tipos de público, assim como as lutas episódicas por reconhecimento são altamente dependentes de situações e contextos de interação. No Facebook, participantes preocupados com mobilizações digitais em larga escala tendiam a reafirmar suas preferências e evitavam participar de discussões com pessoas “do outro lado”. As lutas episódicas pelo reconhecimento assumem uma forma diferente em cada plataforma, e, sem essa variedade de imagens, teríamos que ignorar diferentes formas de engajamento (MAIA, p. 173, 2014).

Nesse sentido, estaria a página mais reforçando um discurso identitário do que assumindo um compromisso com a “luta feminista”, ou a página cumpre a função do

reconhecimento ao trabalhar aspectos da dimensão da estima social? Como já foi mencionado, as lutas por reconhecimento ocorrem através de várias formas de interação e cada plataforma online possui características tecnológicas específicas e abrange expectativas e normas específicas, com restrições e recursos próprios para a comunicação mediada. Ainda, cada plataforma captura algo diferente e, na ausência dessas imagens variadas, somos induzidos a uma interpretação equivocada dos aspectos da luta pelo reconhecimento na vida cotidiana e seu potencial de mudança social (MAIA, p. 149, 2014).

Lilla (2018) refere-se ao “modelo Facebook de identidade”, ou seja, centrado no eu e não nas histórias comuns e no bem comum. De certa forma refere-se ao que entendemos também nas práticas discursivas por “local de fala”. Lilla (2018) expressa uma certa crítica a esse modelo por considerar que desse modo as pessoas se tornam menos inclinadas a se envolver no debate político de forma racional (p. 75). Maia (2014) nos lembra que a solidariedade entre grupos em uma rede e a hostilidade em relação àqueles que pensam diferente parecem reforçar mutuamente a confiança coletiva de que não é necessário negociar suas preferências e identidades com aqueles que pensam o contrário. Ou seja, assim como a autora também identifica, mesmo que os participantes da rede desejem avançar na mobilização contra a discriminação, nem sempre sentem a necessidade de criar uma consciência compartilhada dos problemas enfrentados. Se quisermos ter mais cuidado com as representações, é fundamental investigar o quão afetado os indivíduos entendem e julgam o modo como são representados (MAIA, p. 33, 2014).

Maia (2014) identifica o cenário das redes como um ambiente para a auto expressão, em que conversas, deliberações políticas e ações coletivas são valiosas para a compreensão de dimensões distintas das lutas pelo reconhecimento na sociedade contemporânea. A utilidade da abordagem teórica do reconhecimento é que ela captura a complexidade dessas dinâmicas interrelacionadas (Maia, 2014, p. 118). É preciso tratar com cautela aquelas posturas que procuram enfatizar que as lutas por reconhecimento estão relacionadas a uma cultura política propícia à resistência. As condições para formar movimentos sociais, aprimorar ações coletivas e apoiar reivindicações de reconhecimento são muito desiguais entre indivíduos e grupos, bem como sua chance de questionar a legitimidade de práticas institucionalizadas e exercer influência sobre julgamentos e decisões coletivas. A atividade prática de lutar a favor e contra demandas de reconhecimento envolve negociações críticas, disputas sobre as regras de reconhecimento e o devido tratamento acordado entre si, na vida cotidiana (MAIA, p. 151, 2014).

A luta pelo reconhecimento não é apenas uma questão de onde cada um se mantém, ou em qual posição se mantém, mas também como os sujeitos se relacionam (MAIA, p. 169, 2014). Na “gramática social do reconhecimento” durante as interações cotidianas, por mais bagunçadas que sejam, em um terreno em que ocorre simultaneamente o respeito e o desrespeito, a interação cotidiana em uma democracia aberta permite que os indivíduos reivindiquem, questionem livremente e contestem o reconhecimento. A tentativa contínua de reconhecer direitos, liberdades e deveres continuará através de processos de discussão e contestação, além de ativismo e mobilização (MAIA, p. 173, 2014). Afinal, bem lembra a autora, a real dificuldade colocada pela teoria do reconhecimento permanece: como tornar a sociedade mais democrática e avançar nas relações de reconhecimento? (MAIA, p. 174, 2014).

Lembrando que na perspectiva de Fraser é somente no encontro do reconhecimento com a redistribuição que daremos conta dos problemas na nossa sociedade, especialmente as mais desiguais: “Lutas por redistribuição, em contraste, buscam com frequência abolir os arranjos econômicos que embasam a especificidade do grupo” (FRASER, 2006, p. 233). Nesse sentido, a autora sugere um meio de resolver o dilema redistribuição-reconhecimento por meio daquilo que a autora prescreve de redistribuição transformativa:

Remédios transformativos, em contraste, são presentemente associados à desconstrução. Eles compensariam o desrespeito por meio da transformação da estrutura cultural-valorativa subjacente. Desestabilizando as identidades e diferenciações grupais existentes, esses remédios não somente elevariam a autoestima dos membros de grupos presentemente desrespeitados; eles transformariam o sentido do eu de todos (FRASER, 2006, p. 237).

De modo que a luta por reconhecimento já produz uma mudança social, podemos visualizar, a partir dos dados recolhidos, a publicização como condição para o reconhecimento. A discussão por estima social e respeito se identifica no espaço online como contexto de pesquisa e com lógicas internas do mundo digital, onde o Facebook se apresenta, assim, como caixas de ressonância que reverberam certas demandas e lutas que não encontram outros lugares para se manifestar. Assim, visualizamos o deboche como artifício político, e humor como emoção que funciona.

A página mobiliza recursos morais e cognitivos para universalizar certas demandas e sofrimento, o deboche é apresentado como recurso moral e forma de mobilizar outros grupos e também como possibilidade de fazer crítica e denúncia. Observamos, assim, o quanto a crítica social se configura como deboche, dado que o humor como possibilidade de coesão e de construção de laços.

### 3.4. Feminismo nas redes

O coletivo *Não Me Kahlo* distribui seu conteúdo em outras plataformas, como o Instagram e o Twitter, por exemplo. Observa-se um crescimento no número de seguidores nessas redes, no entanto, no Facebook, a quantidade mantém-se praticamente estagnada<sup>27</sup>.

De modo que as análises realizadas no subitem anterior se referem à coleta de publicações entre os meses de janeiro e julho de 2019, as imagens representadas neste subitem pertencem ao segundo semestre de 2020 do Instagram e do Twitter, sobretudo o mês de novembro. O objetivo é estabelecer um comparativo ao que foi observado no trabalho de análise na página do coletivo no Facebook e também pela própria perda de popularidade da rede social se comparada com anos anteriores.

**TABELA 4 - Domínios *Não Me Kahlo***

Domínios <i>Não Me Kahlo</i> - Número de seguidores		
Facebook	Instagram	Twitter
1.209.315 milhão	116 mil	108 mil

Fonte: Elaboração da autora.

---

<sup>27</sup> Em dezembro de 2018, período de coleta de informações para o projeto desta pesquisa, o número de seguidores era de 1.240.000 (milhão).

**Figura 19 - Perfil Não Kahlo no Instagram**



Fonte: Instagram.

No Instagram, o conteúdo das postagens é mais informativo e autoral, de modo que o *feed* também apresenta uma identidade visual. Também se repetem aqui publicações compreendidas no espectro do *Reconhecimento enquanto posicionamento político e visão de mundo compartilhada*, no entanto, no que diz respeito ao *Reconhecimento pela luta feminista* não há presença de publicações que poderiam ser colocadas na categoria de *Feminismo deboche*, por exemplo, mas somente nas categorias *Violência contra a mulher* e *Feminismo informação*. Tal característica remete, hoje, a um compromisso do coletivo com a disseminação da informação com produção de conteúdo próprio. No entanto, há poucos comentários nas publicações, embora o número de curtidas seja elevado (mais de mil curtidas em algumas publicações) e muitas vezes ultrapasse o número de curtidas nas publicações do Facebook, por exemplo.

Em março de 2020 o coletivo recebeu o prêmio Troféu Mulher IMPRENSA<sup>28</sup>, único destinado a reconhecer o trabalho jornalístico das mulheres dentro e fora das redações brasileiras. O coletivo venceu na categoria “Melhor projeto, canal ou programa sobre a temática feminina”. A votação foi composta por uma equipe de profissionais e contou também com participação popular, totalizando mais de 40 mil votos.

**Figura 20 - Publicações Não Me Kahlo no Instagram**



Fonte: Instagram.

**Figura 21 - Publicações Não Me Kahlo no Instagram**



Fonte: Instagram.

<sup>28</sup> Disponível em: <<https://naomekahlo.com/a-nao-me-kahlo-e-vencedora-do-14o-trofeu-mulher-imprensa/>>. Acesso em 23 out. 2020.

**Figura 22 - Publicações *Não Me Kahlo* no Instagram**



Fonte: Instagram.

No Twitter, as postagens (*tweets*) também repetem o padrão de conteúdo mais informativo e autoral. A rede social tem como característica abordar e divulgar assuntos da semana ou do dia em formato de texto curto. Há no perfil do coletivo compartilhamentos (*retweets*) de outros perfis e notícias, não tendo, no entanto, muitos comentários em suas postagens, sendo baixo esse tipo de interação com os(as) seguidores, ficando mais restrita ao ato de curtir. Observa-se, assim, uma tendência oposta ao que foi identificado nas publicações no Facebook.

Figura 23 - Perfil *Não Me Kahlo* no Twitter

16:09

*Não me KAHLO*

**Não Me Kahlo**  
@NAOKAHLO

Feminismo nas redes   
comercial@naomekahlo.com

Rio de Janeiro, Brasil [Ink.bio/naokahlo](https://ink.bio/naokahlo)

Entrou em julho de 2014

1.861 Seguindo 108K Seguidores

Seguido por Keilla Vila Flor, Pedro Opará, Debora Diniz e outros 52

**Tweets** Tweets e respostas Mídia Curtida

Tweet Fixado

**Não Me Kahlo** @NAOKAHLO · 25 mai

A gente não conta com #publi, não vivemos de anúncio. Não temos paywall porque acreditamos que o conteúdo deva ser acessível para todas e não apenas para quem pode pagar. Para continuarmos esse trabalho precisamos de apoio! Podemos contar com v

[naomekahlo.com/apoie/](https://naomekahlo.com/apoie/)

Fonte: Twitter.

## Figura 24 - Publicação *Não Me Kahlo* no Twitter



Fonte: Twitter.

Perfis e páginas feministas configuram-se como expressão da luta feminista no sentido de lutas por reconhecimento, pois permitem construir a interação que sustenta o processo de identificação. É importante que nesse processo de interação haja o reconhecimento das mulheres, de modo que sejam reconhecidas pelos outros nos debates de gênero. Em um mundo onde as desigualdades ainda persistem e as mulheres ainda participam menos de contextos deliberativos, a livre formação de um indivíduo autônomo se constrói nas relações pessoais de aprendizagem mútua, em que o sujeito é levado a reconhecer em seus parceiros de interação as mesmas qualidades de autonomia que reclama a si mesmo (SILVA, 2018, p. 321).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui realizada abre portas para alguns questionamentos de modo que também responde parte das indagações aqui promovidas. Sendo um estudo multidisciplinar, torna-se importante lembrar que em áreas como a da comunicação o tema das mídias digitais é bastante percorrido. Assim, a pesquisa apresentou-se muitas vezes como um desafio tendo em vista que alguns terrenos são pouco explorados na agenda sociológica. A bibliografia a respeito dos estudos da relação entre reconhecimento e mídia ainda não é vasta, por exemplo. Verificado isto, a investigação foi construída buscando observar novos fenômenos no que diz respeito aos temas das redes sociais, sobretudo a pulverização do debate feminista nesses espaços.

Ao explorar as temáticas abordadas na pesquisa vimos que a publicização pode gerar reconhecimento, não sendo, portanto, reconhecimento em si, em sua plenitude, ela apresenta-se, assim, como um dos caminhos para essa finalidade. Nesse sentido, podemos entender que é mais viável que o sofrimento ou a denúncia estejam em evidência. Sem a visibilização, o reconhecimento torna-se ainda mais inviável. Como argumenta Hjarvard (2014), em uma sociedade midiaticizada a própria representação e visibilidade de um indivíduo ou grupo pode constituir um valioso reconhecimento nas esferas privadas, pública e social (p. 237). O autor entende que uma política midiática para a sociedade civil precisaria levar em conta as influências estruturantes dos meios de comunicação, e como equilibrar as necessidades coletivas com as exigências do indivíduo. Essa política midiática para os aspectos “menores” da vida não consiste apenas em estabelecer regras explícitas, mas em criar um diálogo responsável e aberto entre os indivíduos sobre como melhor utilizar os meios de comunicação de forma socialmente construtiva (p. 246).

No debate entre Honneth e Fraser, os pontos apresentados pela autora nos ajudam a acreditar que a luta por reconhecimento talvez não seja suficiente para se compreender como a única motivação dos conflitos sociais. O que nos faz retomar e conceitualizar Fraser é o fato de a autora apresentar o fator “redistribuição” e, desse modo, pensar também as desigualdades no percurso da pesquisa. Concordamos com a autora quando esta entende que reconhecimento e redistribuição andam juntos e que não são excludentes. Acreditamos, assim como Fraser, que a luta de classe é um fator que não deve ser desconsiderado na luta por reconhecimento, sobretudo no que diz respeito a um país como o Brasil, onde as mulheres recebem menos e têm suas jornadas de trabalho aumentadas.

O argumento de que lutas por reconhecimento são o uso estratégico da identidade também requer atenção. Nesse sentido, desenvolvimentos feitos por diferentes autoras nos norteiam para a reflexão. Butler (2018) argumenta que qualquer tentativa de dar conteúdo

universal ou específico à categoria mulheres, presumindo que a garantia de solidariedade seja exigida previamente, irá produzir facciosidade, e que “identidade” como ponto de partida não se sustenta como base segura para um movimento político feminista. A autora assevera que categorias identitárias nunca são apenas descritivas, mas também normativas e, conseqüentemente, excludentes (2018, p. 85). Nesse sentido, desconstruir o sujeito do feminismo não significa, assim, censurar seu uso, mas ao contrário, permitir que o termo tenha múltiplas significações a fim de emancipá-lo (Idem, p. 86):

Ao contrário, se o feminismo pressupõe que mulheres designa um campo indefinível de diferenças, um que não pode ser totalizado ou sumariado por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um terreno de abertura e ressignificação permanentes (BUTLER, 2018, p. 85).

Fraser (2018) concorda com Butler sobre a capacidade das pessoas de se engajarem em novas ações e modificar ações sociais sendo, desse modo, as capacidades críticas culturalmente construídas (2018, p. 106). A autora sugere que é perfeitamente possível analisar a construção cultural das capacidades críticas em que sujeitos sejam tanto construídos culturalmente quanto capazes de críticas, reescrevendo o roteiro (Idem, p. 107). No entanto, Fraser (2018) apresenta uma interessante provocação, que vai ao encontro de seus desenvolvimentos teóricos. A autora questiona a ressignificação trazida por Butler (2018) ao indagar se não poderia haver ressignificações ruins (opressoras, reacionárias), por exemplo. Essa ressignificação supostamente neutra afirma que Butler parece valorizar a mudança como um fim em si, desemponderando, assim, o julgamento feminista (Idem, p. 108):

Mas será realmente que ninguém pode se tornar um sujeito do discurso sem que outros sejam silenciados? Não existem contraexemplos? Onde tais exclusões existem, elas são todas ruins? Elas são todas igualmente ruins? Podemos distinguir entre exclusões legítimas e ilegítimas, de piores a melhores práticas de sujeição? (...) Podemos construir práticas, instituições e formas de vida nas quais o empoderamento de alguns não acarrete no desempoderamento de outros? Se não, qual a razão da luta feminista? (FRASER, 2018, p. 109).

É nesse sentido que Fraser (2018) defende o desenvolvimento de uma visão das identidades coletivas simultaneamente construída e complexa, que permite a ação coletiva também formada por desconstrução e reconstrução (Idem, p. 115). A autora nos lembra que a luta de gênero se espalha pela vida cotidiana, influenciando sexualidade, reprodução, desejo, gosto e hábitos. Inspira, ainda, identidades pessoais e coletivas, afinidades sociais e bom senso mais ou menos partilhados. Neste sentido, toda arena social da vida é carregado de hierarquia e luta de gênero e, conseqüentemente, cada um deles requer a teorização feminista (Idem, p. 236):

Cada um, no entanto, também é atravessado pelo outro, por eixos cruzados de estratificação e poder, incluindo classe, “raça”/etnicidade, sexualidade, nacionalidade e idade - um fato que complica muito o projeto feminista. Ainda que a dominância de gênero seja ubíqua, em suma, ela toma formas diversificadas em diferentes conjunturas e locais, e seu caráter varia para mulheres diferentemente situadas. Sua forma não pode ser extrapolada de um local ou de um grupo para todo resto (FRASER, 2018, p. 236).

É nesse sentido que a autora também discorre a respeito do tema do feminismo dos 99% e sobre o mesmo não se tratar de um movimento homogêneo, lembrando, mais uma vez, da importância da interseccionalidade nas discussões. Diante disso podemos verificar que as publicações da página analisada provavelmente não contemplam questões pertinentes a muitos grupos, sobretudo porque é voltada para quem detém o acesso a essas redes. Essa observação também se configura ao que foi discutido sobre as limitações de alcance das informações e permite que se faça um alerta sobre noções equivocadas de democracia promovidas pelo acesso à internet.

Muito do trabalho feminista consiste, assim, em analisar como os significados culturais são produzidos e circulados. Análise esta que precisa ser social e historicamente contextualizada, situada no tempo e no espaço, institucional e estruturalmente fundamentada (FRASER, 2018, p. 237). É nesse sentido também que Fraser afirma a importância de se teorizar a relação de indivíduos corporalizados (sobretudo mulheres) e suas disposições permanentes e as posições que ocupam enquanto sujeito. Desse modo, surge como meio de teorizar sobre a intersubjetividade e a relação dos indivíduos uns com os outros (p. 244).

Os conteúdos publicados na página, por si só, indicam uma aproximação com o público que a segue, tendo em vista o espectro político do qual a página abertamente se posiciona. Parte dos resultados da análise nos levaram ao questionamento sobre o humor desempenhar esse papel de estreitar laços e gerar a sensação de proximidade. A teoria do reconhecimento nos indica que sim, pela perspectiva da formação de grupos, encontrada na dimensão da estima social, podemos inferir que o humor é um dispositivo que se configura em elemento de coesão. Como nos lembra Peter Berger (2017), a percepção do cômico é mais do que uma expressão meramente subjetiva de emoções, há o propósito deliberado de jogar luz sobre a realidade (2017, p. 81). Desta forma, o entendimento que algo é congruente ou não em uma comunidade só pode ser formado a partir da coesão desse grupo:

A percepção de que um elemento particular da realidade é cômico tem sentido contra o panorama de uma perspectiva geral da realidade. Um evento específico é percebido como cômico em contraste com o contexto geral da realidade, implicitamente, não cômica. (...) A percepção do cômico é a percepção de algo que *escapa* a uma ordem geral das coisas. Ou ainda, dizer que algo é *incongruente* implica uma noção de congruência (BERGER, 2017, p. 80).

É importante identificar que a luta por reconhecimento não é um conceito de senso comum, sendo assim, as categorias trazidas no trabalho de análise não dão conta desse processo subjetivo. Entendemos que as categorias apresentadas na análise representam um recurso estético político da página. Categorias como a de feminismo deboche se relacionam com o problema de pesquisa na medida em que trazem a perspectiva de coesão do grupo ainda que pelo artifício do humor. O desafio de fazer a sistematização dos dados empíricos explicitando sua relação com a teoria prioriza identificar a publicização dos temas como um processo preliminar à luta por reconhecimento. Desse modo, as postagens nas demais categorias também trazem desdobramentos que se esforçam para manter essa publicização.

O Facebook foi uma rede de abertura para certos debates, apresentando-se como campo de luta por reconhecimento, individual e coletivo. Por ser uma mídia de comunicação pessoal torna-se também fonte para construção identitária. Sabemos que seu uso e popularidade estão sofrendo mudanças, de modo que outras redes têm tido considerável crescimento, como o Instagram, que tem se mostrado a mídia social que mais cresce em número de usuários (e de produção) desde sua inscrição na rede em função de sua funcionalidade e modalidade entre os SRS, lugar onde o principal objetivo é o compartilhamento instantâneo de conteúdo visual (SANTOS, 2020, p. 245).

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASENBAUM, Hans. Making a Difference: Toward a Feminist Democratic Theory in the Digital Age. **Politics & Gender**: Cambridge, v. 16, p. 230-257, dez. 2019.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. **Debates feministas**. Um intercâmbio filosófico. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018.

BERGER, Peter L., **O riso redentor**: A dimensão cômica da experiência humana. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

BRAGA, José L., Parte I - Mediação & midiaticização: conexões epistemológicas. Circuitos versus campos sociais. **Mediação & Midiaticização [online]**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012. ISBN 978-85-232-1205-6.

BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. **Lua Nova**: São Paulo, no. 102, p. 173-210, 2017.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, F. Luis. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: Movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: A crise da Democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

FERREIRA, B. C. Carolina. Feminismos Web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. Dossiê: Percursos digitais: corpos, desejos, visibilidades. **Cadernos Pagu**. São Paulo, v. 44, p. 199-228, jan./jun. 2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

FRASER, N. From progressive neoliberalism to Trump – and beyond. **American Affairs**, v. 1, n. 4, p. 46-64, winter 2017.

FRASER, Nancy. HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition?** A Political-Philosophical Exchange. New York: Verso Books, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 47, p. 333-361, mai./ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2014.

GOMES, Wilson; MAIA, C. M. Rousiley. **Comunicação e democracia**: Problemas e Perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

GREEN, Eileen e Singleton, Carrie - “Gendering the Digital’: The Impact of Gender and Technology Perspectives on the Sociological Imagination”. In ORTON-JOHNSON, Kate e PRIOR, Nick (ed.) **Digital Sociology**. Critical Perspectives. Basingstoke: Palgrave, 2013.

HAN, Byung Chul. **No Enxame**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas da teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, p. 7-31, jan./jun. 1993.

HEPP, Andreas. As configurações comunicativas de mundos mediados: pesquisa da mediação na era da “mediação de tudo”. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 45-64, jan./jun. 2014.

HJARVARD, Stig. **A mediação da cultura e da sociedade**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2013.

HJARVARD, Stig. Mediação: conceituando a mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 21-41, jan./jun. 2014.

HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã**: Crítica e Modernidade, n. 17, p. 81-112, 2011.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, Axel. **Reificação**: Um estudo da teoria do reconhecimento. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

HONNETH, Axel. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. **Sociologias**: Porto Alegre, ano 15, n. 33, p. 56-80, mai./ago. 2013.

KETZER, Patrícia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. **Argumentos**, Fortaleza, ano 9, n. 18, p. 95-106, jul./dez. 2017.

LILLA, Mark. **O progressista de ontem e o de amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LUPTON, Deborah. **Digital Sociology**. [S.l.]: Routledge, 2015.

MAIA, Rousiley C. M. **Recognition and the Media**. New York: The Palgrave Macmillan, 2014.

MARREIRO, F. **Classe C não usa Facebook para mobilização política, mas a rede motiva o jovem pobre a ler e escrever**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/20/politica/1511197107\\_444639.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/20/politica/1511197107_444639.html)>. Acesso em 15 de julho de 2018.

MOTA, Keli Rocha Silva. Feminismo contemporâneo: como ativistas de São Paulo compreendem uma terceira onda do movimento no país. **Extraprensa**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 108-127, dez. 2017. ISSN: 2236-3467. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/extraprensa2017.139729>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/139729/137419>>. Acesso em: 28 de outubro de 2018.

O'SULLIVAN, Patrick. **Masspersonal communication: rethinking the mass interpersonal divide**. In: THE ANNUAL MEETING OF THE INTERNATIONAL COMMUNICATION ASSOCIATION, 2005, New York. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1461444816686104>>. Acesso em: 2 de outubro de 2020.

PAUGAN, Serge (Coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

PORTO, Cristiane; SANTOS, Edma (ogs). **Facebook e Educação: publicar, curtir e compartilhar** [online]. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2014, 445 p. ISBN 978-85-7879-283-1.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

RAMOS, Jair. Subjetivação e poder no ciberespaço. Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. **Vivência: Revista de Antropologia**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 57-76, 2015.

RECUERO, Raquel. **A conversa em Rede: Comunicação Mediada pelo Computador e Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RECUERO, Raquel. **Introdução à análise de Redes Sociais na Internet**. Salvador: Edufba, 2017.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RENDUELES, Cesar. **Sociofobia**: Mudança política na era da utopia digital. São Paulo: Edições Sesc, 2016.

ROSENFELD, L. C; SAAVEDRA, A. G. Axel Honneth e a Teoria do Reconhecimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 33, p. 14-53, mai./ago. 2013.

SANTOS, Gabriela Pedroso dos. **A nova celebridade e o processo de celebração de influenciadores digitais na mídia social Instagram**: O caso Camila Coelho. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 260, 2020.

SAFATLE, Vladimir. Abaixo do Zero: psicanálise, política e o “*déficit* de negatividade” em Axel Honneth. **Discurso**, n. 43, 2013, p. 191-228.

SILVA, Felipe Gonçalves. Intersubjetividade e Conflito: O reconhecimento e seus usos no pensamento político contemporâneo. **Manual de Filosofia Política**. Para os cursos de Teoria do Estado & Ciência Política, Filosofia e Ciências Sociais. In: Ramos, Flamarion Caldeira. Melo, Rúrion. Frateschi, Yara (orgs.). São Paulo: Saraiva Jur, 2018.

SOUZA, Luiz Gustavo da Cunha de. Redistribuição ou reconhecimento 15 anos depois. Um balanço entre Nancy Fraser e Axel Honneth e de sua repercussão no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 40, p. 118 - 155, set./dez. 2018.

SOUZA, Luiz Gustavo da Cunha de. O quê há de especificamente sociológico na teoria do reconhecimento de Axel Honneth? **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, out./dez. 2012.

SPYER, Juliano. **Mídias Sociais no Brasil Emergente**. São Paulo: Educ, 2018.

THOMPSON, B. John. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TOURAINE, Alain. **Um novo paradigma**: Para compreender o mundo de hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

YIN, K. Rober. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WERNECK, Alexandre. Dar uma zoadada, botar a maior marra: dispositivos morais de jocosidade como formas de efetivação e sua relação com a crítica. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 187-222, 2015.

WERNECK, Alexandre. Uma sociologia da compreensão a partir do par crítica e jocosidade. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 482 - 503, jul./set. 2016.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ZEPEDA, V. A; FRANCO, H. A. D; PRECIADO, P. A. O. Humor na estratégia de persuasão durante as campanhas eleitorais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 13, p. 245 - 258, jan./abr. 2014.